

## Aristóteles, *Primeiros Analíticos* II, 23-27: tradução e notas\*

Tomás Troster

This is an annotated translation of the last five chapters of the second book of Aristotle's *Prior Analytics*. My aim is to provide Portuguese-speaking readers with a clear text, supplemented by materials that elucidate and contextualize Aristotle's work, addressing a notable gap in the Lusophone bibliographical universe. To achieve this, I have based my translation on Ross's edition of the Aristotelian text and compared it with various existing translations and commentaries.

### *Apresentação*

O objetivo desta tradução – que corresponde ao segundo bloco de uma série de traduções dos textos dos *Primeiros Analíticos* que planejo fazer – é preencher uma lacuna significativa no universo bibliográfico em língua portuguesa<sup>1</sup>, oferecendo aos leitores lusófonos um texto claro e com materiais complementares para elucidar e contextualizar a obra de Aristóteles. Acompanhadas do texto grego editado por Ross, minha tradução e as notas pretendem falar por si mesmas.

Este segundo bloco contém os cinco capítulos finais do livro II dos *Primeiros Analíticos*. No início do capítulo que abre a série, Aristóteles apresenta o seu objetivo: mostrar que todas as deduções – dialéticas, demonstrativas e até mesmo retóricas – ocorrem por meio

---

\* A presente tradução é o segundo fruto de uma pesquisa de pós-doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que recebeu bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Sendo esta uma primeira versão da tradução – que futuramente será expandida e possivelmente publicada em livro –, quaisquer críticas ou sugestões que ocorram a vocês, leitores e leitoras, serão muito bem-vindas. Quero agradecer a todos aqueles que contribuíram para blindar este trabalho de diversos erros e também para que ele se tornasse mais claro. Agradeço especialmente a Vicente de Arruda Sampaio, José Veríssimo Teixeira da Mata e Christian Perret, ao meu supervisor de pós-doutorado, Daniel Lopes, a Catherine Menezes, Rodrigo Menezes, Fernando Gazoni, ao(à) parecerista anônimo(a) que revisou este trabalho e a Marco Zingano – que colaborou diretamente para a elaboração da primeira versão do projeto desta tradução. *At last but not the least*, agradeço ao CNPq, que generosamente financiou a pesquisa que resultou nesta tradução.

<sup>1</sup> Embora existam duas traduções para o português dos *Primeiros Analíticos* – publicadas por Pinharanda Gomes, em 1986, e Edson Bini, em 2005 –, nenhuma delas foi feita diretamente da língua original (Gomes assume que se valeu da tradução francesa de Tricot; e Bini, ainda que afirme ter traduzido a obra do grego, fez adaptações literais e absorveu sem grande cerimônia várias notas da versão inglesa de Tredennick). Além disso, ambas oferecem pouquíssimos recursos adicionais para a compreensão do texto.

das três figuras da dedução.<sup>ii</sup> Em seguida, o filósofo é ainda mais ousado, dizendo que “absolutamente qualquer convicção, em qualquer que seja a investigação”<sup>iii</sup>, é obtida pelas três figuras expostas e examinadas antes na obra. Na introdução de sua edição dos *Analíticos*, Ross considera essa afirmação exagerada, argumentando que o filósofo estaria “cheio de *entusiasmo* por sua recente descoberta do silogismo”.<sup>iv</sup> De todo modo, nesses cinco capítulos, Aristóteles se dedica a apresentar o modo como alguns outros tipos de argumentos se “encaixariam” ou poderiam ser configurados nos termos e nas três figuras da dedução. O capítulo 23 tem como objeto a ἐπαγωγή ou *indução*; o capítulo 24, o παράδειγμα ou *paradigma*; o capítulo 25 trata da ἀπαγωγή ou *abdução*; o capítulo 26, da ἔνστασις ou *objeção*; e o capítulo que encerra a obra tem como objeto ο σημεῖον ou *indício* (e os entimemas baseados em indícios), com uma seção dedicada à possibilidade de se *reconhecer características de um ser a partir de sua fisionomia* (φυσιογνωμονεῖν, em grego). A fim de enriquecer a compreensão da noção aristotélica de *paradigma*, também ofereço como anexo uma tradução do capítulo 20 do segundo livro da *Retórica*.

---

<sup>ii</sup> *Primeiros Analíticos* II, 23, 68b9-12.

<sup>iii</sup> *Primeiros Analíticos* II, 23, 68b12-14.

<sup>iv</sup> Ross, 1949, p. 50. O itálico é meu.

## Capítulo 23 (68b8-37)

[Configuração dos termos em argumentos por indução]

[68b8] Πῶς μὲν οὖν ἔχουσιν οἱ ὄροι κατὰ τὰς ἀντιστροφὰς καὶ τὸ αἰρετώτεροι ἢ φευκτότεροι εἶναι, φανερόν·

[68b8] É evidente, então, como os termos se relacionam nas conversões e o que os faz mais preferíveis ou evitáveis.

[68b9] ὅτι δ' οὐ [10] μόνον οἱ διαλεκτικοὶ καὶ ἀποδεικτικοὶ συλλογισμοὶ διὰ τῶν προειρημένων γίνονται σχημάτων, ἀλλὰ καὶ οἱ ῥητορικοὶ καὶ ἀπλῶς ἠτισοῦν πίστις καὶ ἡ καθ' ὅποιανοῦν μέθοδον, νῦν ἂν εἴη λεκτέον. ἅπαντα γὰρ πιστεύομεν ἢ διὰ συλλογισμοῦ ἢ ἐξ ἐπαγωγῆς.

[68b9] Que não [10] apenas as deduções dialéticas e demonstrativas se dão por meio das figuras antes mencionadas, mas também as deduções retóricas – e absolutamente qualquer convicção<sup>1</sup>, em qualquer que seja a investigação<sup>2</sup> –, é o que devemos dizer agora. Pois formamos todas as nossas convicções<sup>3</sup> ou por meio de dedução, ou a partir de indução.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Em grego, πίστις – termo também traduzido como “certeza” (“certitude”), por Barthélemy-Saint-Hilaire e Crubellier; “tipo de credibilidade”, por Taylor; “forma de persuasão”, por Tricot, Jenkinson e Zanatta; “convicção mental” (“mental conviction”) e “crença” (“belief”), por Tredennick; “argumento convincente”, por Candel; e “convicção ou *prova*”, por Samaranch.

<sup>2</sup> Traduzindo “μέθοδον” por “investigação” (outra opção comum é “disciplina”). Magentenos entende que aqui Aristóteles usa “qualquer *investigação*” como equivalente a “qualquer *arte* [τέχνη] ou *ciência* [ἐπιστήμη]”.

<sup>3</sup> A expressão “ἅπαντα γὰρ πιστεύομεν” – que traduzi como: “pois formamos todas as nossas convicções” – também poderia ser traduzida de modo mais literal como: “pois *acreditamos* em todas as coisas”.

<sup>4</sup> A tradução de “ἐπαγωγή” por “indução” constitui um objeto de discussão entre os estudiosos de Aristóteles que é tão destacado quanto evitado. Aqui e ali, ecoa-se que “essa tradução não é irrepreensível [irréprochable]” (Pellegrin, 2005, p. 34) e que a ἐπαγωγή aristotélica é “diferente do conceito moderno de indução” (Engberg-Pedersen, 1979, p. 305). No entanto, a grande maioria dos tradutores vai na trilha da tradição latina, que adotou a palavra “*inductio*” para verter o termo grego. De minha parte, embora ultimamente tenha considerado a palavra “*assimilação*” como uma candidata melhor do que “*indução*” para traduzir “ἐπαγωγή” (inclusive, pretendo publicar um artigo sobre isso em breve), por ora, faço minhas as palavras de Hintikka: “embora essa tradução seja altamente enganosa [misleading] se usada sem maiores explicações, eu a usarei aqui para simplificar” (Hintikka, 1980, p. 423). Também vale mencionar a alternativa proposta por Miguel Candel Sanmartín em sua tradução espanhola do *Órganon*: “*comprovação*” (ou “*comprobación*”). Embora tal escolha seja razoável para os *Tópicos* – onde as conclusões de alguns argumentos são *confirmadas* por “premissas ἐπακτικάι” –, o mesmo não se dá em relação aos *Analíticos* – onde Aristóteles afirma com todas as letras que “é pela ἐπαγωγή que chegamos a conhecer os primeiros princípios” (*Segundos Analíticos* II, 19, 100b3-5).

[68b15] Ἐπαγωγή μὲν οὖν ἐστὶ καὶ ὁ ἐξ ἐπαγωγῆς συλλογισμὸς τὸ διὰ τοῦ ἐτέρου θάτερον ἄκρον τῷ μέσῳ συλλογίσασθαι, οἷον εἰ τῶν Α Γ μέσον τὸ Β, διὰ τοῦ Γ δεῖξαι τὸ Α τῷ Β ὑπάρχον· οὕτω γὰρ ποιούμεθα τὰς ἐπαγωγὰς. οἷον ἔστω τὸ Α μακρόβιον, τὸ δ' ἐφ' ᾧ Β τὸ χολὴν μὴ ἔχον, [20] ἐφ' ᾧ δὲ Γ τὸ καθ' ἕκαστον μακρόβιον, οἷον ἄνθρωπος καὶ ἵππος καὶ ἡμίονος. τῷ δὲ Γ ὄλω ὑπάρχει τὸ Α (πᾶν γὰρ τὸ Γ μακρόβιον)· ἀλλὰ καὶ τὸ Β, τὸ μὴ ἔχειν χολὴν, παντὶ ὑπάρχει τῷ Γ.

[68b15] Ora, a induçã<sup>5</sup> – e a deduçã<sup>6</sup> por induçã<sup>6</sup> – correspondem a deduzir que, por meio de um termo extremo<sup>7</sup>, o outro extremo<sup>8</sup> se atribui ao termo médio. Por exemplo, se B é o termo médio de A e C, por meio de C, prova-se que A se atribui a B. Pois esse é o modo como produzimos as induções. Como exemplo, tomemos os seguintes termos: A, *longevo*, B, *aquele que não possui bile*, [20] e C, o *animal particular longevo*, tal como *homem, cavalo e mula*. Então, A [*longevo*] se atribui a C [*animal particular longevo*] como um todo (pois todo C é longevo)<sup>9</sup>, mas também B – *não ter bile* – se atribui a todo C [*animal particular longevo*].

[68b24] δέδεικται [25] γὰρ πρότερον ὅτι ἂν δύο ἄττα τῷ αὐτῷ ὑπάρχη καὶ πρὸς θάτερον αὐτῶν ἀντιστρέφη τὸ ἄκρον, ὅτι τῷ ἀντιστρέφοντι καὶ θάτερον ὑπάρξει τῶν κατηγορουμένων. δεῖ δὲ νοεῖν τὸ Γ τὸ ἐξ ἀπάντων τῶν καθ' ἕκαστον συγκείμενον· ἢ γὰρ ἐπαγωγή διὰ πάντων.

<sup>5</sup> A descrição mais famosa da ἐπαγωγή aristotélica é apresentada nos *Tópicos*: “a indução é a ascensão dos singulares aos universais” (*Tóp.* I, 12, 105a13-14). O exemplo que o filósofo oferece é: “se o melhor capitão é aquele que sabe o que faz, e o melhor auriga também, então, de modo geral, aquele que sabe o que faz é o melhor para cada atividade particular” (105a14-16). Já a *dedução* (ou συλλογισμός, que também se traduz frequentemente como “silogismo”) é definida no capítulo inicial dos *Primeiros Analíticos*: “a dedução é um argumento [λόγος] no qual, uma vez que certas coisas sejam postas, algo diferente das coisas estabelecidas necessariamente resulta do fato de tais coisas serem” (*Pr. An.* I, 1, 24b18-20).

<sup>6</sup> A ocorrência desta expressão – “dedução por indução” [ou “ὁ ἐξ ἐπαγωγῆς συλλογισμὸς”] – e de uma passagem subsequente do texto – a saber, “deve-se conceber C como o *composto de todos os particulares*, pois a *indução ocorre por meio de todos*” [ou “δεῖ δὲ νοεῖν τὸ Γ τὸ ἐξ ἀπάντων τῶν καθ' ἕκαστον συγκείμενον· ἢ γὰρ ἐπαγωγή διὰ πάντων”] (68b 27-29) – fez com que inúmeros intérpretes defendessem a tese de que Aristóteles estaria neste capítulo afirmando a existência de uma suposta indução *completa*. No entanto, no quinto capítulo de minha tese de doutorado (que foi adaptado e publicado em 2022 como artigo nesta mesma revista), acredito ter apresentado razões suficientes para refutar tal tese (cf. Troster, 2022).

<sup>7</sup> Embora Aristóteles não use a palavra “ὅρος” (“termo”), é evidente que ele a pressupõe. Esse primeiro termo extremo, no caso, é o termo menor.

<sup>8</sup> Ou seja, o termo maior.

<sup>9</sup> O texto de Bekker para o trecho entre parênteses é: “πᾶν γὰρ τὸ ἄχολον μακρόβιον” (ou “todo aquele que não tem bile é longevo”), que equivale a predicar A a todo B (quando Aristóteles acabara de atribuir A a C) – o que, como bem observa Tredennick em nota, configuraria uma falácia de petição de princípio. Por isso, assim como Mignucci e Candel, sigo o texto de Ross (diferentemente, por exemplo, de Tricot, Smith e Tredennick, que optam pela versão de Bekker).

[68b24] Pois se provou [25] antes que, se duas coisas se aplicam a uma mesma coisa – e que o termo extremo pode se converter com uma delas –, então, o predicado se atribuirá ao termo convertido.<sup>10</sup> Deve-se conceber C como o composto de todos os particulares, pois a indução ocorre por meio de todos.

[68b30] Ἔστι δ' ὁ τοιοῦτος συλλογισμὸς τῆς πρώτης καὶ ἀμέσου προτάσεως· ὧν μὲν γὰρ ἔστι μέσον, διὰ τοῦ μέσου ὁ συλλογισμὸς, ὧν δὲ μὴ ἔστι, δι' ἐπαγωγῆς.

[68b30] É assim a dedução da premissa primeira e imediata – pois havendo termo médio, a dedução ocorre por meio do médio. Não havendo termo médio, a dedução ocorre por meio de indução.<sup>11</sup>

[68b32] καὶ τρόπον τινὰ ἀντίκειται ἡ ἐπαγωγή τῷ συλλογισμῷ· ὁ μὲν γὰρ διὰ τοῦ μέσου τὸ ἄκρον τῷ τρίτῳ δείκνυσιν, ἡ δὲ διὰ τοῦ τρίτου τὸ ἄκρον τῷ μέσῳ. φύσει μὲν οὖν πρότερος καὶ γνωριμώτερος ὁ διὰ τοῦ μέσου συλλογισμὸς, ἡμῖν δ' ἐναργέστερος ὁ διὰ τῆς ἐπαγωγῆς.

[68b32] E, em certo modo, a indução se opõe à dedução, pois, enquanto uma<sup>12</sup> prova que o termo extremo<sup>13</sup> se atribui ao terceiro termo<sup>14</sup> por meio do termo médio, a outra<sup>15</sup> prova que o termo extremo se atribui ao médio por meio do terceiro termo. Por natureza, a dedução por meio do termo médio é anterior e mais conhecida, mas, para nós, a dedução por meio de indução é mais evidente.

---

<sup>10</sup> Ou seja, supondo que (i) A e B se atribuam a C e que (ii) C seja convertível com B (no caso, o termo extremo é o menor – C – e pode ser convertido com B), então, (iii) A (o outro predicado de C) se atribui ao termo no qual C foi convertido, ou seja, A se atribui a B.

<sup>11</sup> Em sentido estrito, uma premissa *imediate* não pode ser plenamente demonstrada, pois não há um termo médio que possibilite tal demonstração. No entanto, o que Aristóteles destaca neste capítulo é que é possível “traduzir” uma indução responsável pela apreensão de uma premissa imediata nos termos e figuras de uma dedução (ou silogismo) “de algo que é” (ou “do ὅτι”). Cf. Troster, 2022, pp. 118-119, e 2024, pp. 158-159, nota 36.

<sup>12</sup> Ou seja, a dedução.

<sup>13</sup> Ou seja, o termo maior.

<sup>14</sup> Ou seja, o termo menor.

<sup>15</sup> Ou seja, a indução.

## Capítulo 24 (68b38-69a19)

[Configuração dos termos em argumentos por paradigma]

[68b38] Παράδειγμα δ' ἐστὶν ὅταν τῷ μέσῳ τὸ ἄκρον ὑπάρχον δειχθῆ διὰ τοῦ ὁμοίου τῷ τρίτῳ. δεῖ δὲ καὶ τὸ μέσον [40] τῷ τρίτῳ καὶ τὸ πρῶτον τῷ ὁμοίῳ γνώριμον εἶναι ὑπάρχον. οἷον ἔστω τὸ Α κακόν, τὸ δὲ Β πρὸς ὁμόρους ἀναιρεῖσθαι [69a1] πόλεμον, ἐφ' ᾧ δὲ Γ τὸ Ἀθηναίους πρὸς Θηβαίους, τὸ δ' ἐφ' ᾧ Δ Θηβαίους πρὸς Φωκεῖς. ἐὰν οὖν βουλόμεθα δεῖξαι ὅτι τὸ Θηβαίους πολεμεῖν κακόν ἐστὶ, ληπτέον ὅτι τὸ πρὸς τοὺς ὁμόρους πολεμεῖν κακόν. τούτου δὲ πίστις ἐκ τῶν [5] ὁμοίων, οἷον ὅτι Θηβαίους ὁ πρὸς Φωκεῖς. ἐπεὶ οὖν τὸ πρὸς τοὺς ὁμόρους κακόν, τὸ δὲ πρὸς Θηβαίους πρὸς ὁμόρους ἐστὶ, φανερόν ὅτι τὸ πρὸς Θηβαίους πολεμεῖν κακόν. ὅτι μὲν οὖν τὸ Β τῷ Γ καὶ τῷ Δ ὑπάρχει, φανερόν (ἄμφω γὰρ ἐστὶ πρὸς τοὺς ὁμόρους ἀναιρεῖσθαι πόλεμον), καὶ ὅτι τὸ Α τῷ [10] Δ (Θηβαίους γὰρ οὐ συνήνεγκεν ὁ πρὸς Φωκεῖς πόλεμος)· ὅτι δὲ τὸ Α τῷ Β ὑπάρχει, διὰ τοῦ Δ δειχθήσεται. τὸν αὐτὸν δὲ τρόπον κἂν εἰ διὰ πλειόνων τῶν ὁμοίων ἢ πίστις γένοιτο τοῦ μέσου πρὸς τὸ ἄκρον.

[68b38] Um paradigma<sup>16</sup> ocorre quando se prova que o termo extremo<sup>17</sup> se atribui ao termo médio, por meio de um termo que é semelhante ao terceiro termo.<sup>18</sup> E, para isso, deve-se saber que o termo médio se atribui [40] ao terceiro termo e que o primeiro termo<sup>19</sup> se atribui ao termo semelhante ao termo menor. Como exemplo, tomemos como termos: A, *ruim*, B, *fazer guerra contra os vizinhos*, C, *atenienses contra tebanos*, e D, *tebanos contra fócios*.<sup>20</sup> Então, se queremos provar que *guerrear contra os tebanos* [C] é *ruim* [A], devemos assumir que *guerrear contra os vizinhos* [B] é *ruim* [A]. A convicção disso provém dos [5] casos semelhantes, como o dos *tebanos em relação aos fócios* [D]. Assim, se *guerrear contra os vizinhos* [B] é *ruim* [A] – e *guerrear contra os tebanos* [C<sup>21</sup>] é *guerrear contra os vizinhos* [B] –, é evidente que *guerrear contra os tebanos* [C] é *ruim* [A]. Então, é evidente que B [*fazer guerra contra os vizinhos*] se atribui a C [*atenienses guerreando contra tebanos*] e a D [*tebanos guerreando contra fócios*] – pois ambos correspondem a *fazer guerra contra os vizinhos* [B] –, e também que A [*ruim*] se atribui a [10] D [*tebanos guerreando contra fócios*] – pois os

<sup>16</sup> Embora seja frequentemente traduzido como “exemplo”, o termo “παράδειγμα” abrange outros sentidos, que incluem *exemplos*, mas não limitam a eles. O capítulo 20 do segundo livro da *Retórica* é inteiramente dedicado aos paradigmas – cf. anexo.

<sup>17</sup> Ou seja, o termo maior.

<sup>18</sup> Ou seja, o termo menor.

<sup>19</sup> Ou seja, o termo maior.

<sup>20</sup> Habitantes da Fócida, região pertencente à Grécia Central, ao norte do Golfo de Corinto, entre a Etólia (a oeste) e a Beócia (a leste e cuja principal cidade é Tebas).

<sup>21</sup> Subentendendo, é claro, que o sujeito desta ação sejam os *atenienses*.

tebanos não tiraram nenhum proveito da guerra contra os fócios –, ora, que A [*ruim*] se atribui a B [*guerrear contra os vizinhos*], será provado por meio de D [*tebanos guerreando contra fócios*]. E do mesmo modo também se poderia produzir a convicção sobre a relação do termo médio com o termo extremo<sup>22</sup> por meio de inúmeros casos semelhantes.<sup>23</sup>

[69a13] φανερόν οὖν ὅτι τὸ παράδειγμά ἐστιν οὔτε ὡς μέρος πρὸς ὅλον οὔτε ὡς ὅλον πρὸς μέρος, [15] ἀλλ' ὡς μέρος πρὸς μέρος, ὅταν ἄμφω μὲν ἦ ὑπὸ ταυτό, γνώριμον δὲ θάτερον. καὶ διαφέρει τῆς ἐπαγωγῆς, ὅτι ἢ μὲν ἐξ ἀπάντων τῶν ἀτόμων τὸ ἄκρον ἐδείκνυεν ὑπάρχειν τῷ μέσῳ καὶ πρὸς τὸ ἄκρον οὐ συνῆπτε τὸν συλλογισμόν, τὸ δὲ καὶ συνάπτει καὶ οὐκ ἐξ ἀπάντων δείκνυσι.

[69a13] É evidente, então, que o paradigma não é uma relação da parte para o todo nem do todo para a parte, [15] mas sim uma relação da parte para a parte<sup>24</sup>, que ocorre quando ambas estão sob o mesmo objeto<sup>25</sup> e já se conhece uma delas. Além disso, o paradigma difere da indução na medida em que esta prova que o termo extremo<sup>26</sup> se atribui ao termo médio a partir

---

<sup>22</sup> Mais uma vez, leia-se “termo extremo” como “termo maior”.

<sup>23</sup> Quer dizer, também seria possível provar que A [*ruim*] se atribui a B [*guerrear contra os vizinhos*], partindo de outros tantos casos (diferentes dos casos dos *tebanos contra os fócios* ou dos *atenienses contra os tebanos*). Como escreve Ross em sua paráfrase: “Mais de um termo como C pode ser usado para provar que B é A”. Ainda sobre esta passagem, Ross evoca o comentário de Waitz, que havia observado que a passagem “ἢ πίστις γένοιτο τοῦ μέσου πρὸς τὸ ἄκρον” (que traduzi como “também se poderia produzir a convicção sobre a relação do termo médio com o termo extremo”) também poderia ser interpretada como se Aristóteles estivesse dizendo que, por meio de outros exemplos, seria possível provar “B [*guerrear contra os vizinhos*] se atribui a A [*ruim*]” (ou que “A [*ruim*] é B [*guerrear contra os vizinhos*]”), ou seja, como se Aristóteles estivesse dizendo que argumentos por paradigma também pudessem provar que o termo médio se atribui ao termo maior. No entanto, tal hipótese não parece coadunar com os propósitos do filósofo neste capítulo e, além disso, não teve muitos adeptos.

<sup>24</sup> A mesma caracterização do paradigma é reforçada na *Retórica*, onde também se acrescenta que ele não trata de relações “do todo para o todo” (*Ret.* I, 2, 1357b25-36).

<sup>25</sup> Ou seja, quando ambas as partes ou ambos os termos possuem o mesmo predicado. No exemplo dado, tanto C quanto D estão sob B – já que *vizinhos* [B] se atribui a *atenienses e tebanos* [C], bem como a *tebanos e fócios* [D].

<sup>26</sup> Ou seja, o termo maior.

de todos os indivisíveis<sup>27</sup> e não conecta a dedução ao termo extremo<sup>28</sup>, ao passo que aquele<sup>29</sup> faz a conexão<sup>30</sup> mas não prova a partir de todos.<sup>31</sup>

---

<sup>27</sup> Traduzindo “ἐξ πάντων τῶν ἀτόμων” de modo literal: “a partir de todos os indivisíveis”. A mesma passagem recebeu diferentes traduções, principalmente no que se refere ao termo “ἀτόμων”, interpretado pela maioria dos tradutores como “particulares” ou “indivíduos”: Barthélemy-Saint-Hilaire verte “por todos os casos particulares”; Tredennick, “a partir de um exame de todos os casos individuais”; Candel, Smith e Zanatta, “a partir de todos os indivíduos”. Há duas exceções interessantes: Giorgio Colli: “partindo de uma totalidade dos objetos indivisíveis”; e Bontempi: “a partir de todas as realidades tomadas uma a uma”.

<sup>28</sup> Ou seja, o termo menor. Como observa Magentenos, “em uma indução, a inferência, ou seja, a conclusão, não conecta A a C, mas a B [por meio de C]; um paradigma, no entanto, conecta A ao termo extremo, ou seja, a D”.

<sup>29</sup> Ou seja, o argumento por paradigma.

<sup>30</sup> Subentenda-se: “faz a conexão *com o termo menor*”.

<sup>31</sup> Em síntese, se a indução, apresentada no capítulo anterior, prova que o termo maior se aplica ao termo médio devido à convertibilidade deste com o termo menor (que é múltiplo, no caso da indução), o argumento por paradigma, baseando-se em um único caso – que se assemelha ao termo menor –, prova que o termo maior se aplica ao termo médio e, além disso, que o termo maior se aplica ao termo menor. Em síntese, como afirma Ross, este capítulo deixa claro que o argumento por paradigma consiste em “uma combinação de duas inferências”. Esquemáticamente, na dedução por indução apresentada por Aristóteles, A se atribui a todo C, B se atribui a todo C, B e C são convertíveis entre si e, portanto, “é necessário que A se atribua a B” (68b24); já no argumento por paradigma, sabe-se que B se atribui a ambos C e D, que D é semelhante a C e que A se atribui a D, logo, conclui-se (sem Aristóteles usar palavras como “necessidade” ou “necessário” – que se destaque), em primeiro lugar, que A se atribui a B e, depois, que A se atribui a C (já se sabia que B se atribui a C). Em poucas palavras, o paradigma pretende provar (sem a necessidade de um argumento dedutivo) que, se um termo D possui um atributo A e D é semelhante a C (pois ambos são B), então, C também possuirá o atributo A.

## Capítulo 25 (69a20-36)

[Configuração dos termos em argumentos por abdução]

[69a20] Ἀπαγωγή δ' ἐστὶν ὅταν τῷ μὲν μέσῳ τὸ πρῶτον δῆλον ἢ ὑπάρχον, τῷ δ' ἐσχάτῳ τὸ μέσον ἄδηλον μὲν, ὁμοίως δὲ πιστὸν ἢ μᾶλλον τοῦ συμπεράσματος· ἔτι ἂν ὀλίγα ἢ τὰ μέσα τοῦ ἐσχάτου καὶ τοῦ μέσου· πάντως γὰρ ἐγγύτερον εἶναι συμβαίνει τῆς ἐπιστήμης.

[69a20] Uma abdução<sup>32</sup> ocorre quando é evidente que o primeiro termo<sup>33</sup> se atribui ao termo médio, mas não é evidente que o termo médio se atribui ao último termo<sup>34</sup>, ainda que isso seja tão ou até mais crível<sup>35</sup> do que a conclusão<sup>36</sup>; e também se forem poucos os termos médios entre o último termo e o termo médio – pois, de todos esses modos, segue-se que ficamos mais próximos da ciência.<sup>37</sup>

[69a24] οἷον ἔστω τὸ Α τὸ διδακτόν, [25] ἐφ' οὗ Β ἐπιστήμη, τὸ Γ δικαιοσύνη. ἡ μὲν οὖν ἐπιστήμη ὅτι διδακτόν, φανερόν· ἡ δ' ἀρετὴ εἰ ἐπιστήμη, ἄδηλον. εἰ οὖν ὁμοίως ἢ μᾶλλον πιστὸν τὸ Β Γ τοῦ Α Γ, ἀπαγωγή ἐστίν· ἐγγύτερον γὰρ τοῦ ἐπίστασθαι διὰ τὸ προσειληφέναι τὴν Α Β ἐπιστήμην, πρότερον οὐκ ἔχοντας.

[69a24] Como exemplo, tomemos como termos: A, *ensinável*, [25] B, *ciência*, e C, *justiça*. Que a *ciência* [B] seja *ensinável* [A], então, é evidente. Porém, que a *virtude* [C] seja *ciência*

---

<sup>32</sup> Objeto de análise deste capítulo, o termo “ἀπαγωγή” é normalmente traduzido ou como “abdução” ou como “redução”. Entre os adeptos da primeira opção, estão Taylor, Barthélemy-Saint-Hilaire, Owen, Tricot, Mignucci, Zanatta, Crubellier e Bontempi. Já entre aqueles que escolheram traduzir “ἀπαγωγή” por “redução”, estão Tredennick, Ross, Colli, Samaranch, Jenkinson e Candel. Fugindo dessas duas alternativas, para traduzir “ἀπαγωγή”, Robin Smith escolheu a expressão “leading away” (literalmente, “conduzir para fora” ou “levar para outro lugar”).

<sup>33</sup> Ou seja, o termo maior.

<sup>34</sup> Ou seja, o termo menor.

<sup>35</sup> Vale destacar que “πιστόν” (“crível”, traduzido por outros como “certo”) tem a mesma raiz que “πίστις” (que traduzi antes como “convicção”).

<sup>36</sup> Quer dizer, quando o fato de que o termo médio se atribui ao termo menor é tão ou mais crível (ou digno de se acreditar) do que a própria conclusão – ou seja, que o termo maior se atribui ao termo menor. Vale lembrar que, na *Ética Nicomaqueia*, Aristóteles define a ciência como uma *disposição demonstrativa* (“ἐπιστήμη ἐστὶν ἕξις ἀποδεικτική”, *EN* VI, 3, 1139b31-32). Já a *demonstração* é definida nos *Segundos Analíticos* do seguinte modo: “Chamo de *demonstração* [ἀπόδειξις] a *dedução científica* [συλλογισμὸν ἐπιστημονικόν] e, de *científica*, aquela dedução em virtude da qual, por tê-la, conhecemos cientificamente” (*Seg. An.* I, 2, 71b17-19 – cf. Porchat, 2001, p. 67). Em um comentário a esta passagem, Crubellier observa: “a fórmula ‘nos aproximamos de um conhecimento científico’, repetida três vezes neste curto capítulo, caracteriza muito bem o objetivo das estratégias de abdução. A exigência de que as premissas sejam ao mesmo tempo mais claras e mais críveis do que a conclusão é um critério da demonstração científica (nos *Segundos Analíticos* I, 2), embora aqui estejamos novamente diante da dialética ou da retórica, uma vez que se trata apenas de se aproximar da ciência (poderíamos dizer que isso é a ‘retórica da ciência’)” (Crubellier, 2014, p. 352).

[B], isso não é claro. Se, então, BC<sup>38</sup> é tão ou mais crível do que AC<sup>39</sup>, há uma abdução – pois, por meio da ciência de AB apreendida previamente<sup>40</sup>, ficamos mais próximos de conhecer cientificamente algo de que antes não tínhamos ciência.<sup>41</sup>

[69a29] ἢ πάλιν εἰ ὀλίγα τὰ μέσα [30] τῶν Β Γ· καὶ γὰρ οὕτως ἐγγύτερον τοῦ εἰδέναι. οἷον εἰ τὸ Δ εἶη τετραγωνίζεσθαι, τὸ δ' ἐφ' ᾧ Ε εὐθύγραμμον, τὸ δ' ἐφ' ᾧ Ζ κύκλος· εἰ τοῦ Ε Ζ ἐν μόνον εἶη μέσον, τὸ μετὰ μηνίσκων ἴσον γίνεσθαι εὐθυγράμμω τὸν κύκλον, ἐγγὺς ἂν εἶη τοῦ εἰδέναι.

[69a29] Novamente<sup>42</sup>, se são poucos os termos médios [30] de BC: pois também assim ficamos mais próximos do conhecimento.<sup>43</sup> Por exemplo: se D for *fazer a quadratura*, E for *figura retilínea*, e F for *círculo*, assim, se de EF<sup>44</sup> houver um único termo médio – que, por meio das *lúnulas*<sup>45</sup>, o *círculo* [F] vem a ser igual a uma *figura retilínea* [E] –, ficamos mais próximos do conhecimento.

<sup>38</sup> Ou seja, “ciência [B] se atribui à justiça [C] ou à virtude [C]” (ou, dito de outro modo, “a justiça [ou a virtude] é ciência”).

<sup>39</sup> Ou seja, “ensinável [A] se atribui à justiça [C] ou à virtude [C]” (ou “a justiça [ou a virtude] é ensinável”).

<sup>40</sup> Ou seja, por meio do conhecimento prévio de que “ensinável [A] se atribui a ciência [B]” (ou que “a ciência é ensinável”).

<sup>41</sup> Robin Smith adota aqui outra versão do texto aristotélico – “εἰ οὖν [...] τὴν Α Γ ἐπιστήμην πρότερον οὐκ ἔχοντας” –, que traduz como: “Se, portanto, BC é tão convincente quanto AC, ou até mais, tem-se um *levar para outro lugar* [ou *abdução*] (pois se está mais próximo do conhecimento científico por tomar algo mais em acréscimo, já que antes não tínhamos o conhecimento científico de AC)” – ou “If, therefore, BC is equally convincing as AC, or more so, it is a *leading away* (for it is closer to scientific understanding because of taking something in addition, as we previously did not have scientific understanding of AC)”.

<sup>42</sup> Subentenda-se: “é possível produzir uma abdução”.

<sup>43</sup> Traduzi “εἰδέναι” por “conhecimento”, já que Aristóteles não usa aqui a palavra “ἐπιστήμη” – normalmente traduzida como “ciência” ou “conhecimento científico”.

<sup>44</sup> Neste caso, obviamente, EF não significa que “*figura retilínea* [E] se atribui a *círculo* [F]” (ou “*círculo* é uma *figura retilínea*”), mas sim que “uma *figura retilínea* [E] possui a mesma área que um *círculo* [F]”. Via de regra, em deduções matemáticas, pode-se entender as premissas como equações, como no caso de (i) “ $x = y$ ”, (ii) “ $y = z$ ”, ∴ (iii) “ $x = z$ ”.

<sup>45</sup> A maior parte dos comentadores entende que Aristóteles se refere aqui ao método de Hipócrates de Quios (c. 470-410 a.C.), que teria tentado fazer a quadratura do círculo por meio de *lúnulas* – quadratura essa que corresponderia a um termo médio dos termos E, *figura retilínea*, e F, *círculo*. A palavra “lúnula” é definida pelo *Dicionário Houaiss* como: “figura em forma de crescente, limitada pela interseção entre dois arcos de circunferência, que têm a convexidade voltada para o mesmo lado”. Para elucidar esta passagem, Magentenos comentou: “Uma lúnula é um semicírculo descrito no lado de um quadrado. Muitas pessoas tentaram fazer a quadratura do círculo, mas não conseguiram; Hipócrates, no entanto, parecia ter feito a quadratura, mas na verdade não a fez. Sendo proprietário de um navio, depois que este foi roubado, Hipócrates conseguiu prender os piratas e levá-los a Atenas para serem punidos. Acidentalmente, ele se encontrou com geômetras e teve um desejo de aprender geometria; depois de aprender esta última, ele encarou até mesmo questões difíceis de resolver”. Sobre a quadratura do círculo, de fato, em 1882, o matemático alemão Ferdinand Lindemann (1852-1939) provou que, por  $\pi$

[69a34] ὅταν δὲ μήτε πιστότερον ἢ τὸ Β Γ τοῦ Α Γ μήτ' [35] ὀλίγα τὰ μέσα, οὐ λέγω ἀπαγωγὴν. οὐδ' ὅταν ἄμεσον ἢ τὸ Β Γ· ἐπιστήμη γὰρ τὸ τοιοῦτον.

[69a34] Mas, quando nem BC é mais certo do que AC, nem são [35] poucos os termos médios<sup>46</sup>, não chamo de *abdução*.<sup>47</sup> E tampouco quando BC for imediata – pois, desse modo, ela é ciência.

---

ser um número transcendente, seria impossível fazer a quadratura de um círculo. Mario Mignucci também publicou uma extensa e riquíssima nota sobre a passagem (cf. Mignucci, 1969, pp. 709-715).

<sup>46</sup> Subentenda-se: “entre o termo médio [B] e o termo menor [C]”.

<sup>47</sup> Como se vê – aqui e no restante deste breve capítulo –, para Aristóteles, uma *abdução* é uma *aproximação* do conhecimento ou da ciência, mas não uma *demonstração* em sentido pleno. Se ambas as premissas forem necessárias e o argumento tiver uma forma dedutiva válida, a conclusão também será necessária, o que, portanto, faz com que o argumento seja demonstrativo – e não abduutivo.

## Capítulo 26 (69a37-70a2)

[Configuração dos termos em argumentos por objeção]

[69a37] Ἐνστασις δ' ἐστὶ πρότασις προτάσει ἐναντία. διαφέρει δὲ τῆς προτάσεως, ὅτι τὴν μὲν ἔνστασιν ἐνδέχεται εἶναι ἐπὶ μέρους, τὴν δὲ πρότασιν ἢ ὅλως οὐκ ἐνδέχεται ἢ οὐκ ἐν τοῖς [b1] καθόλου συλλογισμοῖς.

[69a37] A objeção<sup>48</sup> é uma proposição contrária<sup>49</sup> a uma premissa.<sup>50</sup> A objeção difere de uma premissa por poder ser parcial, ao passo que uma premissa ou (i) não pode ser parcial de forma alguma, ou (ii) não pode ser parcial nas [b1] deduções universais.<sup>51</sup>

[69b1] φέρεται δὲ ἡ ἔνστασις διχῶς καὶ διὰ δύο σχημάτων, διχῶς μὲν ὅτι ἡ καθόλου ἢ ἐν μέρει πᾶσα ἔνστασις, ἐκ δύο δὲ σχημάτων ὅτι ἀντικείμενα φέρονται τῇ προτάσει, τὰ δ' ἀντικείμενα ἐν τῷ πρώτῳ καὶ [5] τῷ τρίτῳ σχήματι περαίνονται μόνοις. ὅταν γὰρ ἀξιόση παντὶ ὑπάρχειν, ἐνιστάμεθα ἢ ὅτι οὐδενὶ ἢ ὅτι τινὶ οὐχ ὑπάρχει· τούτων δὲ τὸ μὲν μηδενὶ ἐκ τοῦ πρώτου σχήματος, τὸ δὲ τινὶ μὴ ἐκ τοῦ ἐσχάτου.

---

<sup>48</sup> Em um texto explicativo de sua tradução do capítulo 25 do livro II da *Retórica* – no qual a objeção é analisada mais profundamente por Aristóteles –, Kennedy faz a seguinte observação sobre o uso do termo: “*enstasis*, literalmente, ‘adentrar ou pisar dentro [stepping in]’, é utilizado aqui para designar uma objeção a uma premissa do argumento do adversário. No capítulo 17 do livro III [da *Retórica*], a palavra para ‘refutação’ em um discurso é *elengkhos*” (Kennedy, 2007, p. 189). Magentenos identifica uma relação interessante entre o objeto deste capítulo e o objeto do capítulo anterior. Em suas palavras: “é razoável que Aristóteles lecionasse sobre a objeção após lecionar sobre a abdução. Pois ambas têm algo em comum, na medida em que têm como objeto uma premissa disputada em uma dedução”. Segundo o comentador, enquanto a abdução trata de fornecer razões para justificar uma premissa até então incerta – “afastando a dúvida [em relação a ela]”, uma objeção, por sua vez, apresentará razões para desqualificar uma premissa, deduzindo uma proposição que seja contraditória ou contrária a ela.

<sup>49</sup> Embora aqui o filósofo use o termo “ἐναντία” – literalmente, “contrária” –, é natural que ele também incluía uma proposição *contraditória*, já que, considerando uma premissa universal a ser objetada – por exemplo, “todo cigano é sagaz”, ou “nenhum saci é velocista” –, tanto uma proposição *contrária* quanto uma proposição *contraditória* são capazes de negar a sua suposta verdade – nos exemplos, “nenhum cigano é sagaz” e “algum cigano não é sagaz”, ou “todo saci é velocista” e “algum saci é velocista”. Por isso, Mignucci e Ross entendem e traduzem esta ocorrência de “ἐναντία” como “oposta”, em um sentido mais amplo do que “contrária”.

<sup>50</sup> Aristóteles usa a mesma palavra para aquilo que traduzi primeiro como “proposição” e depois como “premissa” – no texto original, “πρότασις προτάσει”. Não obstante, como uma objeção nega algo que alguém tomou como pressuposto, optei por “proposição” no caso da objeção. Em sua paráfrase do texto, Ross acrescenta algo que subentende (em itálico): “objeção é uma premissa oposta a uma premissa colocada por um oponente”.

<sup>51</sup> Esta introdução do capítulo intrigou grande parte dos tradutores e comentadores. Se é óbvio que (ii) *uma premissa não pode ser parcial em deduções universais* – pois as quatro deduções com conclusões universais (AAA-1, EAE-1, EAE-2 e AEE-2) partem de duas premissas universais –, a declaração (i) soa estranha: afinal, por que uma premissa não poderia “ser parcial de forma alguma”? No livro I dos *Primeiros Analíticos*, inclusive, Aristóteles apresenta diversas deduções que contêm premissas parciais.

[69b1] Uma objeção pode ser levantada de dois modos e por meio de duas figuras: de dois modos, já que toda objeção é ou universal ou parcial, e, a partir de duas figuras, já que ela levanta oposições à premissa<sup>52</sup> – e apenas na primeira e [5] na terceira figura é que as oposições podem ser obtidas. Pois quando se presumiu que se atribui a todo, objetamos ou que não se atribui a nenhum ou que não se atribui a algum.<sup>53</sup> De tais objeções, a de que não se atribui a nenhum é obtida pela primeira figura, ao passo que a de que não se atribui a algum é obtida pela última figura.<sup>54</sup>

[69b8] οἷον ἔστω τὸ Α μίαν εἶναι ἐπιστήμην, ἐφ’ ᾧ τὸ Β ἐναντία. προτείναντος δὴ μίαν εἶναι τῶν [10] ἐναντίων ἐπιστήμην, ἢ ὅτι ὅλως οὐχ ἡ αὐτὴ τῶν ἀντικειμένων ἐνίσταται, τὰ δ’ ἐναντία ἀντικείμενα, ὥστε γίνεται τὸ πρῶτον σχῆμα, ἢ ὅτι τοῦ γνωστοῦ καὶ ἀγνώστου οὐ μία· τοῦτο δὲ τὸ τρίτον· κατὰ γὰρ τοῦ Γ, τοῦ γνωστοῦ καὶ ἀγνώστου, τὸ μὲν ἐναντία εἶναι ἀληθές, τὸ δὲ μίαν αὐτῶν ἐπιστήμην εἶναι ψεῦδος.

[69b8] Como exemplo, tomemos como termos: A, *haver uma única ciência*, e B, *contrários*. Ora, se alguém coloca como premissa que *há uma única* [10] *ciência* [A] *dos contrários* [B], ou (i) objeta-se que em geral *a ciência dos opostos* [C] não é *a mesma* [A], e os *contrários* [B] são *opostos* [C], de modo que ocorre a primeira figura<sup>55</sup>; ou (ii) objeta-se que não *há uma única ciência* [A] *do cognoscível e do incognoscível* [C], e isso corresponde à terceira figura: pois em relação a C – *do cognoscível e do incognoscível* –, é verdade que eles são *contrários* [B], mas é falso que *deles* [C] *há uma única ciência* [A].<sup>56</sup>

<sup>52</sup> Ou, como entendem muitos, “ela levanta *proposições* [ou *premissas*] *opostas* à premissa”.

<sup>53</sup> Dito de outro modo, quando alguém assume que uma coisa se atribui a todo um termo, podemos objetar tal predicação ou (i) dizendo que tal coisa não se atribui a *nenhum* elemento do termo em questão, ou (ii) dizendo que tal coisa não se atribui a *algum* elemento desse mesmo termo. Por exemplo, se alguém assume que “*cigano* se atribui a todo *saci*” (ou “todo *saci* é *cigano*”), pode-se objetar ou que (i) “*cigano* não se atribui a nenhum *saci*” (ou “nenhum *saci* é *cigano*”), ou que (ii) “*cigano* não se atribui a algum *saci*” (ou “algum *saci* não é *cigano*”).

<sup>54</sup> Ou seja, pela terceira figura.

<sup>55</sup> Podemos reconstruir a objeção da seguinte maneira: (i) “*haver uma única e mesma ciência* [A] não se atribui a [nenhum dos] *opostos* [C]” (ou “[nenhum dos] *opostos* tem uma única e mesma ciência”), (ii) “*opostos* [C] se atribuem a [todos] os *contrários* [B]” (ou “[todos] os *contrários* são *opostos*”), portanto, (iii) “*haver uma única e mesma ciência* [A] não se atribui a [nenhum dos] *contrários* [B]” (ou “[nenhum dos] *contrários* tem uma única e mesma ciência”) – sendo esta conclusão (iii) a objeção da premissa original “*há uma única ciência* [A] *dos contrários* [B]” (ou “os *contrários* têm uma única ciência”). Esta objeção tem a forma de uma dedução do tipo EAE-1 (ou *Celarent*).

<sup>56</sup> Explicitando o argumento do filósofo: (i) “*haver uma única ciência* [A] não se atribui *ao cognoscível e o incognoscível* [C]” (ou “o *cognoscível e o incognoscível* não possuem uma única ciência”), (ii) “*contrários* [B] se atribuem *ao cognoscível e o incognoscível* [C]” (ou “o *cognoscível e o incognoscível* são *contrários*”), portanto, (iii) “*haver uma única ciência* [A] não se atribui a todos os *contrários* [B]” (ou “nem todos os *contrários* possuem uma única ciência” ou “alguns *contrários* não possuem uma única ciência”) – sendo esta conclusão (iii) também uma objeção da premissa original. Esta objeção

[69b15] πάλιν ἐπὶ τῆς στερητικῆς προτάσεως ὡσαύτως, ἀξιοῦντος γὰρ μὴ εἶναι μίαν τῶν ἐναντίων, ἢ ὅτι πάντων τῶν ἀντικειμένων ἢ ὅτι τινῶν ἐναντίων ἢ αὐτὴ λέγομεν, οἷον ὑγιεινοῦ καὶ νοσώδους· τὸ μὲν οὖν πάντων ἐκ τοῦ πρώτου, τὸ δὲ τινῶν ἐκ τοῦ τρίτου σχήματος.

[69b15] Novamente, no caso da premissa privativa se dá do mesmo modo. Pois se alguém presumisse que não *há uma única ciência* [A] *dos contrários* [B], dizemos<sup>57</sup> que *há a mesma ciência* [A] ou (i) de todos *os opostos* [C], ou (ii) de alguns *contrários* [B], como, por exemplo, *o saudável e o nocivo* [C']. Conclui-se, então, *de todos* a partir da primeira figura<sup>58</sup> e *de alguns* a partir da Terceira.<sup>59</sup>

[69b19] Ἀπλῶς γὰρ ἐν πᾶσι καθόλου μὲν [20] ἐνιστάμενον ἀνάγκη πρὸς τὸ καθόλου τῶν προτεινομένων τὴν ἀντίφασιν εἶπεῖν, οἷον εἰ μὴ τὴν αὐτὴν ἀξιοῖ τῶν ἐναντίων, πάντων εἰπόντα τῶν ἀντικειμένων μίαν. οὕτω δ' ἀνάγκη τὸ πρῶτον εἶναι σχῆμα· μέσον γὰρ γίνεται τὸ καθόλου πρὸς τὸ ἐξ ἀρχῆς.

[69b19] Com efeito, de maneira geral, é necessário que [20] o objetor<sup>60</sup>, em todas<sup>61</sup> as objeções universais, enuncie a contradição das coisas que foram colocadas de modo universal – por exemplo, se se presume que não *há uma mesma ciência* [A] *dos contrários* [B], dizendo que de todos *os opostos* [C] *há uma única ciência* [A]. Desse modo, necessariamente, tem-se a primeira figura, pois o termo médio [C] torna-se universal em relação àquilo que se colocou em princípio.<sup>62</sup>

---

tem a forma de uma dedução do tipo EAO-3 (ou *Felapton*).

<sup>57</sup> Subentenda-se: “para objetar a premissa em questão”.

<sup>58</sup> Ilustrando: (i) “*haver uma única ciência* [A] se atribui a todos os *opostos* [C]” (ou “*todos os opostos têm uma única ciência*”), (ii) “*opostos* [C] se atribuem a todos os *contrários* [B]” (ou “*todos os contrários são opostos*”), portanto, (iii) “*haver uma única ciência* [A] se atribui a todos os *contrários* [B]” (ou “*todos os contrários têm uma única ciência*”). Esta objeção tem a forma de uma dedução do tipo AAA-1 (ou *Barbara*).

<sup>59</sup> Ilustrando: (i) “*haver uma única ciência* [A] se atribui *ao saudável e o nocivo* [C]” (ou “*o saudável e o nocivo possuem uma única ciência*”), (ii) “*contrários* [B] se atribuem *ao saudável e o nocivo* [C]” (ou “*o saudável e o nocivo são contrários*”), portanto, (iii) “*haver uma única ciência* [A] se atribui a alguns *contrários* [B]” (ou “*alguns contrários possuem uma única ciência*”). Esta objeção tem a forma de uma dedução do tipo AAI-3 (ou *Darapti*).

<sup>60</sup> Em grego, “ἐνιστάμενον”, que também poderia ser traduzido como “aquele que levanta uma objeção”.

<sup>61</sup> Robin Smith entende a ocorrência de “ἐν πᾶσι” como se Aristóteles se referisse a “*todos os casos*”, ou seja, como um complemento de “Ἀπλῶς” – e não como complemento de “καθόλου” (como faz, por exemplo, Mignucci). Crubellier, por outro lado, ignora a expressão “ἐν πᾶσι”, como ela se fosse uma mera redundância de “Ἀπλῶς”.

<sup>62</sup> Ou seja, ao evocar o termo médio C – *opostos* – e introduzi-lo na relação entre A – *haver uma única ciência* – e B – *contrários* –, pode-se obter uma objeção daquilo que foi admitido inicialmente (“*não há uma mesma ciência* [A] *dos contrários* [B]”) por meio da primeira figura (cf. acima nota 58).

[69b24] ἐν μέρει δέ, πρὸς ὃ ἐστι καθόλου καθ' οὗ λέγεται [25] ἡ πρότασις, οἷον γνωστοῦ καὶ ἀγνωστοῦ μὴ τὴν αὐτήν· τὰ γὰρ ἐναντία καθόλου πρὸς ταῦτα. καὶ γίνεται τὸ τρίτον σχῆμα· μέσον γὰρ τὸ ἐν μέρει λαμβανόμενον, οἷον τὸ γνωστὸν καὶ τὸ ἀγνωστον.

[69b24] Já nas objeções parciais, o objeto deve enunciar algo sobre aquilo que é universal em relação ao que é dito [25] na premissa – como, por exemplo, sobre *o cognoscível e o incognoscível* [C] não terem a mesma ciência [A], pois os contrários [B] correspondem a um universal em relação a *eles* [C].<sup>63</sup> E eis que se tem a terceira figura, pois o termo médio [C] é apreendido parcialmente<sup>64</sup>, como no exemplo *do cognoscível e do incognoscível*.

[69b28] ἐξ ὧν γὰρ ἔστι συλλογίσασθαι τὸναντίον, ἐκ τούτων καὶ τὰς ἐνστάσεις ἐπιχειροῦμεν λέγειν. διὸ καὶ [30] ἐκ μόνων τούτων τῶν ἄτων φέρομεν· ἐν μόνοις γὰρ οἱ ἀντικείμενοι συλλογισμοί· διὰ γὰρ τοῦ μέσου οὐκ ἦν καταφατικῶς.

[69b28] Com efeito, das coisas das quais há uma dedução do contrário, é a partir delas que também conseguimos enunciar as objeções. E é por isso que levantamos objeções [30] apenas a partir de tais figuras<sup>65</sup> – pois apenas nelas obtemos deduções contrárias, já que, por meio da figura média<sup>66</sup>, não seria possível concluir de maneira afirmativa.<sup>67</sup>

[69b32] ἔτι δὲ κὰν λόγου δέοιτο πλείονος ἢ διὰ τοῦ μέσου σχήματος, οἷον εἰ μὴ δοίη τὸ Α τῷ Β ὑπάρχειν διὰ τὸ μὴ ἀκολουθεῖν αὐτῷ τὸ Γ. τοῦτο γὰρ δι' ἄλλων προτάσεων [35] δῆλον· οὐ δεῖ δὲ εἰς ἄλλα ἐκτρέπεσθαι τὴν ἐνστασιν, ἀλλ' εὐθύς φανεράν ἔχειν τὴν ἑτέραν πρότασιν. [διὸ καὶ τὸ σημεῖον ἐκ μόνου τούτου τοῦ σχήματος οὐκ ἔστιν.]

[69b32] Além disso, uma objeção por meio da figura média<sup>68</sup> precisaria de mais razões – como, por exemplo, se não se aceitar que A se atribui a B devido ao fato de que C não acompanha o

---

<sup>63</sup> Quer dizer, tomados em sua mútua relação, *o cognoscível e o incognoscível* [C] correspondem a um elemento do universo dos pares de objetos *contrários* (um em relação ao outro) [B].

<sup>64</sup> Por “apreendido parcialmente”, entenda-se que o termo médio C – *o cognoscível e o incognoscível* – corresponde a uma parte do termo menor B – *contrários* (cf. acima nota 56).

<sup>65</sup> Ou seja, da primeira figura e da terceira figura.

<sup>66</sup> Ou seja, da segunda figura.

<sup>67</sup> Lembrando que as deduções da segunda figura (EAE-2, AEE-2, EIO-2 e AOO-2) só alcançam conclusões negativas – e, portanto, nunca seria possível levantar uma objeção contra uma proposição negativa por meio dela.

<sup>68</sup> Ou seja, da segunda figura.

mesmo<sup>69</sup> – pois isso seria [35] evidente por meio de outras premissas.<sup>70</sup> Mas a objeção não deve ser desviada para outras questões – e sim ter outra premissa evidente imediatamente. <Também é por isso que somente a partir desta figura que não há argumento por indício.<sup>71</sup>>

[69b38] Ἐπισκεπτέον δὲ καὶ περὶ τῶν ἄλλων ἐνστάσεων, οἷον περὶ τῶν ἐκ τοῦ ἐναντίου καὶ τοῦ ὁμοίου καὶ τοῦ κατὰ δόξαν, καὶ [70a1] εἰ τὴν ἐν μέρει ἐκ τοῦ πρώτου ἢ τὴν στερητικὴν ἐκ τοῦ μέσου δυνατὸν λαβεῖν.

[69b38] Também é preciso investigar outros tipos de objeções – como, por exemplo, aquelas que partem daquilo que é contrário, daquilo que é semelhante e daquilo que está de acordo com

---

<sup>69</sup> No texto original, não fica claro se o “mesmo” se refere a A ou B. De todo modo, o que Aristóteles parece destacar aqui é que não é possível inferir uma proposição afirmativa (como “A se atribui a B”) a partir de uma premissa negativa (como “C não se atribui a A [ou B]” ou “C não acompanha A [ou B]”), lembrando, mais uma vez, que as deduções da segunda figura só podem obter conclusões negativas e, além disso, todas elas sempre possuem uma premissa negativa.

<sup>70</sup> Quer dizer, só é possível inferir com certeza “isso” – a saber, uma proposição afirmativa, como “A se atribui a B” – a partir de duas premissas afirmativas.

<sup>71</sup> Seguindo Susehmlil e evocando o manuscrito P – onde esta frase não aparece –, Ross propôs a exclusão desta passagem. Em seus comentários, Crubellier é perspicaz ao observar que tal exclusão foi feita “sem dúvida porque o capítulo seguinte admite signos [indícios] da segunda figura; mas o signo [indício] da segunda figura é apresentado como o mais fraco de todos, ‘sempre e todo modo refutável’ (70a34-35)” (Crubellier, 2014, p. 354).

a opinião comum<sup>72</sup> –, bem como [70a1] se é possível apreender uma objeção parcial a partir da primeira figura ou uma objeção privativa a partir da figura media.<sup>73</sup>

---

<sup>72</sup> No capítulo 25 do segundo livro da *Retórica*, Aristóteles lista quatro lugares (ou tópicos) a partir dos quais uma objeção pode ser levantada: “(i) da própria coisa [assumida pelo oponente] [ἐξ ἑαυτοῦ], (ii) de algo semelhante [àquilo que foi assumido] [ἐκ τοῦ ὁμοίου], (iii) daquilo que é contrário [ao que foi assumido] [ἐκ τοῦ ἐναντίου], ou (iv) das coisas que já foram julgadas [ἐκ τῶν κεκριμένων]” (1402a36-37). Para o primeiro caso, o filósofo oferece como exemplo a afirmação de que “o amor é sublime [σπουδαῖος]” (1402a38-b1) – proposição esta que poderia objetada de duas maneiras: (i) “universalmente, dizendo que toda carência [ἔνδεια] é penosa” (1402b2) – e, subentendendo que “o amor é carência”, pode-se deduzir que o “amor é penoso” (o que, portanto, nega universalmente que “todo amor é sublime”) –; ou (ii) “parcialmente, já que não sealaria no ‘amor [incestuoso] de Cauno’, se também não existissem amores vis” (1402b2-3) – ou seja, se (i) “o amor de Cauno é vil” e (ii) “o amor de Cauno é amor”, portanto, (iii) “algum amor é vil” (e, conseqüentemente, “nem todo amor é sublime”). Como se vê, esse primeiro tipo de objeção – que Ross afirma coincidir “exatamente com aquele que é descrito no presente capítulo [dos *Primeiros Analíticos*]” (Ross, 1949, p. 497) – é perfeitamente passível de ser traduzido em um argumento dedutivo (ou silogístico). Porém, em relação aos outros três tipos apresentados na *Retórica* – “que aqui correspondem às objeções ἐκ τοῦ ἐναντίου καὶ τοῦ ὁμοίου καὶ τοῦ κατὰ δόξαν” (*ibid.*) –, Ross defende que, “por não serem suscetíveis de um tratamento silogístico simples, eles não seriam compatíveis com a discussão feita nos *Primeiros Analíticos*” (*ibid.*). Os exemplos apresentados na *Retórica* para esses três casos são: a partir daquilo que é contrário em relação àquilo foi assumido, “se o entimema consistisse em dizer que o homem bom faz bem a todos os seus amigos, aqui, a objeção seria que o homem mau faz mal a todos os seus amigos” (1402b4-6, tradução de Chichurra); a partir daquilo que é semelhante ao que foi assumido, “se o entimema consistisse em dizer que os que foram maltratados sempre odeiam, argumentando que os bem-tratados nem sempre amam” (1402b6-8, tradução de Chichurra); e, por fim, os “juízos [κρίσεις] são aqueles de homens conhecidos: por exemplo, se alguém proferisse um entimema de que se deve perdoar aqueles que estão bêbados, pois os seus erros são cometidos devido à ignorância – a objeção é que, então, Pítaco não sabia o que estava fazendo, pois ele instituiu punições maiores para alguém que cometesse um delito quando estivesse bêbado” (1402b8-12, tradução de Kennedy). Como é possível perceber, Ross não estava sem razão quando observou que tais tipos de objeção seriam dificilmente traduzidos em deduções (ou silogismos) – ou, ao menos, precisariam de mais artifícios retóricos e dialéticos para isso. Também vale destacar que, nessa mesma passagem da *Retórica*, Aristóteles afirma que uma apresentação similar dos quatro tipos de objeção foi feita nos *Tópicos*. Mignucci indica uma passagem específica (a saber, VIII, 10, 161a1-12). Porém, além de apresentar uma taxonomia bem distinta dos tipos de objeção, tal trecho dos *Tópicos* está longe de ser uma unanimidade entre os comentadores como a referência à qual o filósofo se remete na *Retórica*.

<sup>73</sup> Em relação a esta última passagem do texto – que coloca em questão a possibilidade de se obter uma objeção parcial na primeira figura ou uma objeção negativa na segunda figura –, Ross manifesta quase uma indignação: “o mero fato de *sugerir* isso equivale a minar todo o ensinamento do capítulo” (Ross, 1949, p. 497, *italico meu*).

## Capítulo 27 (70a3-70b38)

[Configuração dos termos em argumentos por entimemas baseados em indícios]

[70a3] [70a10] <Ἐνθύμημα δὲ ἐστὶ συλλογισμὸς ἐξ εἰκότων ἢ σημείων,> [70a3] εἰκὸς δὲ καὶ σημεῖον οὐ ταυτὸν ἐστίν, ἀλλὰ τὸ μὲν εἰκὸς ἐστὶ πρότασις ἔνδοξος· ὁ γὰρ ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ ἴσασιν οὕτω γινόμενον ἢ μὴ [5] γινόμενον ἢ ὄν ἢ μὴ ὄν, τοῦτ' ἐστὶν εἰκὸς, οἷον τὸ μισεῖν τοὺς φθονοῦντας ἢ τὸ φιλεῖν τοὺς ἐρωμένους. σημεῖον δὲ βούλεται εἶναι πρότασις ἀποδεικτικὴ ἢ ἀναγκαία ἢ ἔνδοξος· οὗ γὰρ ὄντος ἔστιν ἢ οὗ γενομένου πρότερον ἢ ὕστερον γέγονε τὸ πρᾶγμα, τοῦτο σημεῖον ἐστὶ τοῦ γεγονέναι ἢ εἶναι. [ἐνθύμημα ... σημείων]

[70a3] [70a10] O entimema<sup>74</sup> é a dedução a partir de premissas prováveis ou de indícios.<sup>75</sup> [70a3] E o provável e o indício<sup>76</sup> não são a mesma coisa. O provável é uma proposição geralmente aceita<sup>77</sup>, pois aquilo que se sabe que, no mais das vezes, ou ocorre ou não [5] ocorre, ou é ou não é, isso é o provável – como, por exemplo, *desgostar daqueles que nos invejam* ou *querer bem àqueles que amamos*. Já o indício quer ser uma proposição demonstrativa – ou necessária ou geralmente aceita –, pois se algo é ou se algo ocorre antes ou depois de ter ocorrido uma coisa, isso é indício de algo que ocorre ou de algo que é.

[70a11] λαμβάνεται δὲ τὸ σημεῖον τριχῶς, ὁσαχῶς καὶ τὸ μέσον ἐν τοῖς σχήμασιν· ἢ γὰρ ὡς ἐν τῷ πρώτῳ ἢ ὡς ἐν τῷ μέσῳ ἢ ὡς ἐν τῷ τρίτῳ, οἷον τὸ μὲν δεῖξαι κύουσαν διὰ τὸ γάλα ἔχειν ἐκ

---

<sup>74</sup> Como Candel observa em uma nota de sua tradução, o termo “entimema”, “que passou para a tradição filosófica como um helenismo totalmente incompreensível para um leigo”, era, no entanto, “uma palavra corrente no grego da época aristotélica. Seu sentido, ‘conclusão baseada em considerações subjetivas’ (*en thymôî*), serve para Aristóteles designar com tal termo, nada esotérico em sua língua, o tipo de argumento sintético, baseado em indícios, que ele analisa aqui. Também se pode dizer que se trata de um ‘silogismo’ que carece de uma premissa (sentido técnico escolástico de ‘entimema’), cuja conclusão, portanto, é mais fruto da intuição daquele que o expõe ou que o escuta do que da necessidade objetiva própria da dedução” (Candel, 1988, p. 294). Ao comentar sobre este último sentido com o qual o termo “entimema” é utilizado “em livros modernos de lógica formal” – a saber, “como um silogismo com uma premissa ou a conclusão omitida” –, Ross é categórico: “Aristóteles observa que uma premissa óbvia é frequentemente omitida no discurso, mas isso não faz parte de sua definição de entimema, sendo uma característica puramente superficial” (Ross, 1949, p. 500).

<sup>75</sup> Preservei a mudança no texto grego operada por Ross, que a justifica pelo modo estranhamente abrupto como este capítulo começaria sem tal alteração. Com efeito, as linhas que se seguem (e que abririam o capítulo) apresentam uma distinção entre o *provável* e o *indício* e, como se pode constatar na sequência, o capítulo trata apenas dos argumentos (entimemas) produzidos a partir de indícios.

<sup>76</sup> Os termos “εἰκός” e “σημεῖον” – que, respectivamente, traduzo como “provável” e “indício” – também são frequentemente traduzidos como “verossímil” e “signo” (ou “sinal”).

<sup>77</sup> O termo “ἔνδοξος” – que traduzo como “geralmente aceita” – designa algo que faz parte da *opinião* (“δόξα”) *comum* ou da *opinião da maioria das pessoas*, mas que, no entanto, não constitui a algo que é necessariamente verdadeiro. Repare que, neste parágrafo, Aristóteles faz uma distinção interessante entre o *provável* – que é “uma proposição geralmente aceita” – e o *indício* – que **quer ser**.

τοῦ πρώτου σχήματος· μέσον [15] γὰρ τὸ γάλα ἔχειν. ἐφ’ ᾧ τὸ Α κύειν, τὸ Β γάλα ἔχειν, γυνὴ ἐφ’ ᾧ Γ.

[70a11] O indício é apreendido de três modos, que são tantos quantos aqueles como o termo médio aparece nas figuras. Com efeito – ou como na primeira figura, ou como na figura média<sup>78</sup>, ou como na terceira figura –, prova-se, por exemplo, que *grávida* se atribui [a uma *mulher*] por meio de [15] *ter leite*, a partir da primeira figura (sendo A, *estar grávida*, B, *ter leite*, e C, *mulher*).<sup>79</sup>

[70a16] τὸ δ’ ὅτι οἱ σοφοὶ σπουδαῖοι, Πιττακὸς γὰρ σπουδαῖος, διὰ τοῦ ἐσχάτου. ἐφ’ ᾧ Α τὸ σπουδαῖον, ἐφ’ ᾧ Β οἱ σοφοί, ἐφ’ ᾧ Γ Πιττακός. ἀληθὲς δὴ καὶ τὸ Α καὶ τὸ Β τοῦ Γ κατηγορῆσαι· πλὴν τὸ μὲν οὐ λέγουσι διὰ τὸ εἰδέναι, [20] τὸ δὲ λαμβάνουσιν.

[70a16] E prova-se que os *sábios* são *virtuosos*<sup>80</sup>, pois *Pítaco*<sup>81</sup> é *virtuoso*, por meio da última figura<sup>82</sup> (sendo A, *virtuoso*, B, *sábios*, e C, *Pítaco*) – ora, de fato, tanto A [*virtuoso*] quanto B

<sup>78</sup> Ou seja, na segunda figura.

<sup>79</sup> Explicitando o argumento do filósofo: (i) “*estar grávida* [A] se atribui a toda pessoa que *tem leite* [B]” (ou “toda pessoa que *tem leite está grávida*”), (ii) “*ter leite* [A] se atribui a *esta mulher* [C]” (ou “*esta mulher tem leite*”), portanto, (iii) “*estar grávida* [A] se atribui a *esta mulher* [C]” (ou “*esta mulher está grávida*”). Embora Mignucci identifique essa dedução com a forma AII-1 (ou *Darii*), se tomarmos “*esta mulher*” como um ser *singular* ou *individual* (em grego, καθ’ ἕκαστον) – ou seja, como uma mulher *específica* –, então, tal argumento corresponderia mais propriamente a uma dedução do tipo AAA-1 (ou *Barbara*) – cf. Troster, 2024, pp. 187, nota 173.

<sup>80</sup> Traduzi “σπουδαῖος” como “virtuoso”. Como bem observa Fernando Gazoni, “o homem virtuoso – *spoudaios* (que se confunde com o homem prudente – *phronimos*), na ética aristotélica, é o cânon e a medida dos atos éticos” (Gazoni, 2006, p. 121). Com efeito, na *Ética Nicomaqueia*, Aristóteles afirma: “o homem virtuoso [ὁ σπουδαῖος] julga corretamente cada coisa e em cada uma a verdade se manifesta a ele, pois há coisas belas e agradáveis próprias a cada disposição e presumivelmente o homem virtuoso se distingue sobretudo pelo fato de ver o verdadeiro em cada coisa, como se fosse um padrão e uma medida delas” (EN III, 6, 1113a30-34 – tradução de Marco Zingano, 2008, p. 70).

<sup>81</sup> Referência a Pítaco (c. 650-570), que, durante alguns anos, governou a cidade de Mitilene, na ilha de Lesbos, com reconhecida popularidade, até abdicar de seu cargo. No diálogo platônico *Protágoras*, Sócrates se refere a ele como um dos Sete Sábios (343a) e evoca uma frase que Pítaco teria proferido para justificar sua renúncia ao trono: “difícil é ser sábio” (“χαλεπὸν ἐσθλὸν ἐμμεναι”, 339c-d). Em uma nota de sua primorosa tradução do *Protágoras*, Daniel Lopes reproduz um clássico comentário à *República* de Platão (IV 435c) que lança alguma luz sobre a decisão de Pítaco: “Periandro, soberano de Corinto, era um governante popular no começo, mas com o passar do tempo transformou-se num tirano. Ao ouvir essa história, Pítaco, então soberano de Mitilene, temendo por sua própria condição, sentou-se sobre o trono como suplicante e pediu que fosse afastado do poder. Quando os habitantes de Mitilene quiseram saber qual o motivo de sua renúncia, Pítaco lhes respondeu: ‘é difícil ser nobre’” (Lopes, 2017, p. 466).

<sup>82</sup> Ou seja, por meio da terceira figura.

[*sábio*] são predicados de C [*Pítaco*], só que, enquanto um dos fatos não é dito, por já ser conhecido<sup>83</sup>, [20] o outro é assumido.<sup>84</sup>

[70a20] τὸ δὲ κύειν, ὅτι ὠχρά, διὰ τοῦ μέσου σχήματος βούλεται εἶναι· ἐπεὶ γὰρ ἔπεται ταῖς κρούσαις τὸ ὠχρόν, ἀκολουθεῖ δὲ καὶ ταύτη, δεδειχθαι οἶονται ὅτι κύει. τὸ ὠχρόν ἐφ’ οὗ τὸ Α, τὸ κύειν ἐφ’ οὗ Β, γυνή ἐφ’ οὗ Γ.

[70a20] E o fato de [uma mulher] *estar grávida*, uma vez que está *pálida*, quer ser uma prova por meio da figura média<sup>85</sup>: pois uma vez que a *palidez* se atribui às *grávidas*, e a *palidez* também acompanha *esta mulher*, presume-se ter provado que [*esta mulher*] *esteja grávida* (sendo A, *palidez*, B, *estar grávida*, e C, *mulher*).<sup>86</sup>

[70a24] Ἐὰν μὲν οὖν ἡ μία λεχθῆ πρότασις, σημεῖον γίνεται [25] μόνον, ἐὰν δὲ καὶ ἡ ἕτερα προσληφθῆ, συλλογισμός, οἶον ὅτι Πιττακὸς ἐλευθέριος· οἱ γὰρ φιλότιμοι ἐλευθέριοι, Πιττακὸς δὲ φιλότιμος. ἢ πάλιν ὅτι οἱ σοφοὶ ἀγαθοί· Πιττακὸς γὰρ ἀγαθός, ἀλλὰ καὶ σοφός.

[70a24] Caso se tenha enunciado uma única proposição, então, ocorre [25] apenas um indício, mas, caso uma outra proposição tenha sido antes apreendida, ocorre uma dedução – como, por exemplo, que *Pítaco* seja *generoso*, pois os *apreciadores de honras* são *generosos*, e *Pítaco* é um *apreciador de honras*.<sup>87</sup> Ou, novamente, que os *sábios* são *bons*, pois *Pítaco* é *bom*, mas também é *sábio*.

<sup>83</sup> Quer dizer, que “*sábio* [B] se atribui *Pítaco* [C]” (ou que “*Pítaco* é *sábio*”) é um fato de conhecimento geral. Com efeito, *Pítaco* de *Mitilene* era considerado um dos *Sete Sábios da Grécia*.

<sup>84</sup> Ou seja, no exemplo apresentado na terceira figura de argumento por indício, assumiu-se explicitamente que “*virtuoso* [A] se atribui *Pítaco* [C]” (ou que “*Pítaco* é *virtuoso*”). Explicitando o argumento apresentado por *Aristóteles*: (i) “*virtuoso* [A] se atribui a *Pítaco* [C]” (ou “*Pítaco* é *virtuoso*”), (ii) “*sábio* [B] se atribui a *Pítaco* [C]” (ou “*Pítaco* é *sábio*”), portanto, (iii) “*virtuoso* [A] se atribui a algum *sábio* [B]” (ou “algum *sábio* é *virtuoso*”). Dedução esta que tem como forma AAI-3 (ou *Darapti*).

<sup>85</sup> Ou seja, por meio da segunda figura.

<sup>86</sup> Explicitando o argumento de *Aristóteles*: (i) “*pálida* [A] se atribui a toda *grávida* [B]” (ou “toda *grávida* fica *pálida*”), (ii) “*pálida* [A] se atribui a *esta mulher* [C]” (ou “*esta mulher* está *pálida*”), portanto, (iii) “*grávida* [B] se atribui a *esta mulher* [C]” (ou “*esta mulher* está *grávida*”). Argumento este que tem como forma AAA-2 e é inválido – por isso, *Aristóteles* diz que “**presume-se** ter provado...” algo que, na verdade, é refutável. Como contraexemplo, basta supor: (i) “*respirar* [A] se atribui a toda *lontra* [B]” (ou “toda *lontra* respira”), (ii) “*respirar* [A] se atribui a *esta mulher* [C]” (ou “*esta mulher* respira”), portanto (?), (iii) “*lontra* [B] se atribui a *esta mulher* [C]” (ou “*esta mulher* é uma *lontra*”). Como o próprio filósofo afirma logo na sequência do texto, “jamais ocorre uma dedução dispondo de termos em tal configuração. Com efeito, se uma *mulher grávida* fica *pálida*, e *esta mulher* está *pálida*, não é necessário que *ela* esteja *grávida*” (70a35-37). No quarto capítulo do livro I, *Aristóteles* também apresenta exemplos de argumentos na forma AAA-2 que possibilitariam ora uma conclusão universal afirmativa, ora uma conclusão universal negativa (cf. 27a19-20).

<sup>87</sup> *Apreciador de honras*: o termo grego “φιλότιμος” é de difícil tradução. Literalmente, ele significa “aquele que ama a honra”, assim como um φιλόσοφος é “aquele que ama a sabedoria”. Na grande

[70a28] οὕτω μὲν οὖν γίνονται συλλογισμοί, πλὴν ὁ μὲν διὰ τοῦ πρώτου σχήματος ἄλτος, [30] ἂν ἀληθῆς ᾖ (καθόλου γὰρ ἐστίν), ὁ δὲ διὰ τοῦ ἐσχάτου λύσιμος, κἂν ἀληθὲς ᾖ τὸ συμπέρασμα, διὰ τὸ μὴ εἶναι καθόλου μηδὲ πρὸς τὸ πρᾶγμα τὸν συλλογισμόν· οὐ γὰρ εἰ Πιττακὸς σπουδαῖος, διὰ τοῦτο καὶ τοὺς ἄλλους ἀνάγκη σοφοῦς. ὁ δὲ διὰ τοῦ μέσου σχήματος ἀεὶ καὶ πάντως λύσιμος· [35] οὐδέποτε γὰρ γίνεται συλλογισμὸς οὕτως ἐχόντων τῶν ὄρων· οὐ γὰρ εἰ ἡ κύουσα ὠχρά, ὠχρὰ δὲ καὶ ἡδε, κύειν ἀνάγκη ταύτην. ἀληθὲς μὲν οὖν ἐν ἅπασιν ὑπάρξει τοῖς σημείοις, διαφορὰς δ' ἔχουσι τὰς εἰρημένους.

[70a28] Desse modo, então, ocorrem deduções. Só que, enquanto a dedução obtida por meio da primeira figura<sup>88</sup> é irrefutável [30] se for verdadeira (pois ela é universal), a dedução obtida por meio da última figura<sup>89</sup> é refutável mesmo se sua conclusão for verdadeira, por não ser universal e tampouco convergir para o objeto da conclusão – pois, se *Pítaco* for um *homem virtuoso*, não é por isso que os demais sábios necessariamente também o serão. E o que é obtido por meio da figura média<sup>90</sup> é sempre e de todos modos refutável – [35] pois jamais ocorre uma dedução dispondo de termos em tal configuração. Com efeito, se uma *mulher grávida* fica *pálida*, e *esta mulher* está *pálida*, não é necessário que *ela* esteja *grávida*. Então, embora a verdade possa se atribuir a todos os indícios<sup>91</sup>, eles também possuem as diferenças apontadas acima.

---

maioria das traduções desta passagem, “φιλότιμος” é vertido como “ambicioso”. Com efeito, segundo o *Dicionário Houaiss*, um dos sentidos da palavra “ambição” em português é o “forte desejo de [...] honras ou glórias”, embora o poder, as riquezas e o sucesso também sejam listados como possíveis objetos da ambição. Vale observar que, para Aristóteles, a φιλοτιμία – característica do φιλότιμος – não necessariamente é algo ruim, como alguém poderia considerar um desejo desesperado por reconhecimento (seja este recebido na forma de elogios ou aplausos, ou, de modo mais contemporâneo, pelo número de curtidas em redes sociais). Na *Ética Nicomaqueia*, ao falar sobre a *magnanimidade*, o filósofo escreve: “Assim como há mediedade, excesso e falta no ato de receber e de dar bens, assim também há o mais e o menos que se deve no *desejo de honra*, e o de onde se deve e como se deve. Com efeito, censuramos quem é *afeito a honras* como buscando a honra seja como mais do que se deve, seja de onde não se deve, bem como o isento de *afeição a honras* por preferir não ser honrado nem mesmo pelos atos belos” (*EN*, IV, 10, 1125b6-11 – tradução de Marco Zingano, 2020, p. 111). Quer dizer, ainda mais em se tratando de Pítaco, tido como um dos sábios mais ilustres da Grécia antiga, a φιλοτιμία aqui não deve ser vista de modo negativo.

<sup>88</sup> Eis a dedução da primeira figura à qual Aristóteles se refere: (i) “*generoso* [A] se atribui a todo *apreciador de honras* [B]” (ou “todo *apreciador de honras* é *generoso*”), (ii) “*apreciador de honras* [B] se atribui a *Pítaco* [C]” (ou “*Pítaco* é *apreciador de honras*”), portanto, (iii) “*generoso* se atribui a *Pítaco* [C]” (ou “*Pítaco* é *generoso*”).

<sup>89</sup> Ou seja, por meio da terceira figura. Eis uma reformulação da dedução em questão: (i) “*bom* [B] se atribui a *Pítaco* [A]” (ou “*Pítaco* é *bom*”), (ii) “*sábio* [C] se atribui a *Pítaco* [A]” (ou “*Pítaco* é *sábio*”), portanto, (iii) “*bom* [B] se atribui a [algum] *sábio* [C]” (ou “[algum] *sábio* é *bom*”).

<sup>90</sup> Ou seja, por meio da segunda figura.

<sup>91</sup> *Todos os indícios*: também pode-se subentender: “*todos os entimemas* baseados em indícios”.

[70b1] Ἡ δὲ οὕτω διαιρετέον τὸ σημεῖον, τούτων δὲ τὸ μέσον τεκμήριον ληπτέον (τὸ γὰρ τεκμήριον τὸ εἰδέναι ποιοῦν φασὶν εἶναι, τοιοῦτο δὲ μάλιστα τὸ μέσον), ἢ τὰ μὲν ἐκ τῶν ἄκρων σημεῖον λεκτέον, τὰ δ' ἐκ τοῦ μέσου τεκμήριον· ἐνδοξότατον [5] γὰρ καὶ μάλιστα ἀληθὲς τὸ διὰ τοῦ πρώτου σχήματος.

[70b1] Ora, ou (i) é preciso classificar<sup>92</sup> o indício deste modo: apreender o termo médio dessas figuras<sup>93</sup> como uma evidência<sup>94</sup> (pois diz-se que é a evidência que produz o conhecimento, e é principalmente o termo médio que faz isso); ou (ii) é preciso dizer que o indício é aquilo que é obtido a partir dos termos extremos<sup>95</sup> e a evidência é aquilo que é obtido a partir do termo médio [5] (pois o que se obtém por meio da primeira figura<sup>96</sup> é o que é mais geralmente aceito e mais verdadeiro).<sup>97</sup>

[70b7] Τὸ δὲ φυσιογνωμονεῖν δυνατόν ἐστιν, εἴ τις δίδωσιν ἅμα μεταβάλλειν τὸ σῶμα καὶ τὴν ψυχὴν ὅσα φυσικά ἐστι παθήματα· μαθὼν γὰρ ἴσως μουσικὴν μεταβέβληκέ τι τὴν [10] ψυχὴν, ἀλλ' οὐ τῶν φύσει ἡμῖν ἐστὶ τοῦτο τὸ πάθος, ἀλλ' οἷον ὄργαι καὶ ἐπιθυμίαι τῶν φύσει

---

<sup>92</sup> A tradução mais comum para esta ocorrência de “διαιετέον” é “é preciso *dividir*”. Imagino que a sequência de minha tradução do parágrafo justifique suficientemente a escolha por “é preciso *classificar*”.

<sup>93</sup> Embora Aristóteles não use explicitamente a palavra “figuras” (ou “σχήματα”), é possível subentendê-la. Por “dessas figuras”, então, é possível entender que o filósofo se refere a “todas as figuras” ou às “três figuras”.

<sup>94</sup> A distinção entre um *indício* (ou σημεῖον) e uma *evidência* (ou τεκμήριον) desempenha um papel crucial na *Retórica*. Lá, entre as provas ou meios de convencimento, um argumento baseado em indícios é descrito como “refutável, mesmo que tais indícios sejam reais” (II, 25, 1403a2-3) – e Aristóteles ainda diz que, nos *Analíticos*, mostrou-se que *nenhuma* dedução pode se basear em indícios (1403a4-5). Já em relação aos entimemas fundados em evidências, o filósofo diz que “não é possível refutá-los” (1403a10-12), também se remetendo a resultados alcançados nos *Analíticos*. Quanto às *evidências* (ou τεκμήρια), a fim de reforçar o seu caráter irrefutável, algumas traduções da *Retórica* carregaram nas cores de suas versões para a palavra. Destaco quatro casos interessantes: “signos *necessários*” (Freese), “provas *concludentes*” (Júnior *et al.*), “provas *necessárias*” (Chichurra) e “signos *infalíveis*” (Kennedy).

<sup>95</sup> Considerando que os argumentos da segunda e da terceira figura têm como termo médio um termo que, a rigor, ou é o *menor* ou é o *maior* em sua dimensão (já que, na segunda figura, o termo “médio” se atribui aos dois outros e, na terceira, estes são atribuídos ao “médio”), logo, nessas figuras, pode-se entender que, ocupando o lugar do termo “médio”, o indício corresponderia a um dos termos extremos. Como bem observa Ross, “o *fundamentum divisionis* [das três figuras da dedução] de Aristóteles é a dimensão do termo médio em relação aos extremos, e estas são as únicas três possibilidades; ele pode ser maior que um e menor que o outro [na primeira figura]; maior que ambos [na segunda], ou menor que ambos [na terceira]” (Ross, 1923, p. 35).

<sup>96</sup> Em uma nota de sua tradução, Taylor comenta: “o termo médio tomado na primeira figura é *especialmente científico*”.

<sup>97</sup> Neste parágrafo, Aristóteles propõe as seguintes possibilidades: ou (i) nas três figuras, o indício seria equivalente a uma evidência; ou (ii) só na primeira figura, o indício seria equivalente a uma evidência; e, nas demais figuras, um indício seria um mero indício. Considerando que, no parágrafo anterior, Aristóteles disse explicitamente que, na segunda e na terceira figura, os argumentos baseados em indícios são refutáveis, dificilmente poderíamos supor que a alternativa (i) fosse a preferida do filósofo, já que uma *evidência* (ou τεκμήριον) está longe ser algo que se refuta facilmente.

κινήσεων. εἰ δὴ τοῦτό τε δοθείη καὶ ἔν ἑνὸς σημείων εἶναι, καὶ δυναίμεθα λαμβάνειν τὸ ἴδιον ἐκάστου γένους πάθος καὶ σημείων, δυνασόμεθα φυσιογνωμονεῖν.

[70b7] Reconhecer características de um ser a partir de sua fisionomia<sup>98</sup> é possível, caso se aceite como fato que o corpo e a [10] alma mudam conjuntamente, na medida em que são afecções naturais – pois, do mesmo modo, alguém que aprende música<sup>99</sup> tem a sua alma em alguma medida mudada, mas essa afecção não ocorre em nós naturalmente, senão que os movimentos que nos ocorrem naturalmente são tais como os impulsos e os desejos. Ora, se se aceitou isso como um fato<sup>100</sup> e se houver em uma única coisa um indício de uma única coisa<sup>101</sup>, e também pudermos apreender, a partir de uma espécie particular, que uma afecção e um indício lhe são próprios, poderemos reconhecer características de um ser a partir de sua fisionomia.

[70b14] εἰ γὰρ ἔστιν ἰδίᾳ τινὶ γένει ὑπάρχον ἀτόμῳ [15] πάθος, οἷον τοῖς λέουσιν ἀνδρεία, ἀνάγκη καὶ σημείων εἶναι τι· συμπάσχειν γὰρ ἀλλήλοις ὑπόκειται. καὶ ἔστω τοῦτο τὸ μέγαρα

---

<sup>98</sup> Esta ocorrência de “φυσιογνωμονεῖν” – que traduzi como “reconhecer características de um ser a partir de sua fisionomia” e que reaparece várias vezes nesta seção final dos *Primeiros Analíticos* – recebeu as mais diferentes (e criativas) traduções. Em ordem cronológica, Taylor traduziu o verbo φυσιογνωμονεῖν como “formar um julgamento da disposição natural de qualquer um por sua estrutura corporal”; Barthélemy-Saint-Hilaire, como “conhecer a natureza íntima dos seres”; Owen, como “formar um julgamento da disposição pelo corpo”; Jenkinson: “inferir o caráter a partir de traços físicos”; Tredennick: “julgar o caráter dos homens a partir de sua aparência física”; Ross, em sua paráfrase, escolheu “inferir o caráter a partir da constituição corporal” e comentou que o ato de φυσιογνωμονεῖν aparece aqui a fim de ilustrar o entimema que parte de indícios (ou que ocorre ἐκ σημείων); Colli escolheu a expressão “julgar a natureza de alguma coisa com base em sua estrutura corporal”; Tricot traduziu o verbo como “julgar a partir das aparências corporais”, acrescentando em nota que o objeto de estudo de Aristóteles a partir daqui são “os signos [indícios] naturais e o silogismo fisionômico”; Pinharanda Gomes (que consultou a tradução de Tricot) adotou a expressão “julgar a partir da fisionomia”; Candel: “julgar pelas aparências corporais”; Crubellier: “a arte da fisionomia”; e Milena Bontempi optou por “deduzir traços psíquicos dos traços corporais” e escreveu a seguinte nota explicativa: “*physiognomonein*: a arte da fisionomia, ou seja, a prática de deduzir traços psíquicos ou relativos ao caráter a partir de certas características físicas (com base em associações que se acredita serem reconhecíveis em certas espécies animais, como fica evidente aqui, e como essa prática era aparentemente entendida na época de Aristóteles). Deve-se observar que há um tratado pseudo-aristotélico intitulado *Physiognomonica*, provavelmente peripatético. Aqui o assunto é tratado talvez porque os argumentos desse tipo faziam parte da bagagem do retórico: trata-se, como vemos no decorrer do exame, de um caso de inferência por meio de sinais”. Com maior concisão, o dicionário *Bailly Hugo Chávez* aponta dois sentidos para o verbo “φυσιογνωμονεῖν”: (i) conjecturar a natureza (de uma pessoa ou de uma coisa) a partir de algum indício; e (ii) julgar alguém a partir de sua cara, seu aspecto, sua fisionomia.

<sup>99</sup> Ou, pode-se subentender, quando aprende qualquer outra coisa.

<sup>100</sup> Quer dizer, se se aceitou como fato que existem afecções e mudanças que ocorrem conjuntamente na alma e no corpo.

<sup>101</sup> Crubellier traduz esta passagem assim: “que uma só [afecção do corpo] seja signo de uma só [afecção da alma]”.

τὰ ἀκρωτήρια ἔχειν· ὁ καὶ ἄλλοις ὑπάρχειν γένεσι μὴ ὅλοις ἐνδέχεται. τὸ γὰρ σημεῖον οὕτως ἴδιόν ἐστιν, ὅτι ὅλου γένους ἴδιόν ἐστι [πάθος], καὶ οὐ μόνου ἴδιον, [20] ὥσπερ εἰώθαμεν λέγειν. ὑπάρξει δὴ καὶ ἐν ἄλλῳ γένει τοῦτο, καὶ ἔσται ἀνδρεῖος [ὁ] ἄνθρωπος καὶ ἄλλο τι ζῷον. ἔξει ἄρα τὸ σημεῖον· ἐν γὰρ ἐνὸς ἦν. εἰ τοίνυν ταῦτ' ἐστί, καὶ δυνησόμεθα τοιαῦτα σημεῖα συλλέξαι ἐπὶ τούτων τῶν ζώων ἂ μόνον ἐν πάθος ἔχει τι ἴδιον, ἕκαστον δ' ἔχει σημεῖον, [25] ἐπεὶ περ ἐν ἔχειν ἀνάγκη, δυνησόμεθα φυσιογνωμονεῖν.

[70b14] Com efeito, se existe uma [15] afecção que se atribui propriamente a alguma espécie una – como, por exemplo, a coragem se atribui aos leões –, é necessário que exista algum indício correspondente, pois se pressupõe que, um em relação ao outro, a alma e o corpo compartilham da mesma afecção. E tomemos isso como sendo ter as extremidades longas – o que também pode se atribuir – não inteiramente – a outras espécies. Pois o indício é próprio desta maneira: quando ele é próprio de toda uma espécie, mas não é próprio apenas dela, [20] como costumamos dizer.<sup>102</sup> Ora, isso também poderá ocorrer em outra espécie, e um homem será corajoso e algum outro animal também. Portanto, ele terá o indício, pois o indício foi tomado como algo único em relação a algo único.<sup>103</sup> Então, se é assim, também poderemos identificar indícios desse tipo nos casos daqueles animais que têm uma única afecção própria – sendo que cada afecção tem um indício, já que é necessário que cada afecção tenha um único indício correspondente – e poderemos reconhecer características de um ser a partir de sua fisionomia.

[70b26] εἰ δὲ δύο ἔχει ἴδια ὅλον τὸ γένος, οἷον ὁ λέων ἀνδρεῖον καὶ μεταδοτικόν, πῶς γνωσόμεθα πότερον ποτέρου σημεῖον τῶν ἴδια ἀκολουθούντων σημείων; ἢ εἰ ἄλλῳ τινὶ μὴ ὅλῳ ἄμφω, καὶ ἐν οἷς μὴ ὅλοις ἐκάτερον, ὅταν τὸ μὲν ἔχη τὸ [30] δὲ μή· εἰ γὰρ ἀνδρεῖος μὲν ἐλευθέριος δὲ μή, ἔχει δὲ τῶν δύο τοδί, δῆλον ὅτι καὶ ἐπὶ τοῦ λέοντος τοῦτο σημεῖον τῆς ἀνδρείας.

<sup>102</sup> Quer dizer, embora o termo “ἴδιον” (ou “próprio”) normalmente designe algo que é exclusivo de uma espécie ou gênero (e coextensivo em relação a ela ou a ele), no caso de *indícios próprios*, basta que eles se atribuam a toda uma espécie ou gênero, mas não necessariamente sejam exclusivos dela ou dele.

<sup>103</sup> Sobre esta passagem, Magentenos fez o seguinte comentário: “Existe um indício de uma afecção – e não muitos indícios de uma afecção ou um indício de muitas afecções, a não ser que algo possa ocorrer por meio de vários termos médios. Pois existem muitos indícios da raiva: aumento da temperatura corporal, vermelhidão nos olhos e no rosto”. Como fica claro na sequência do texto de Aristóteles, o exemplo da *raiva* acrescentado por Magentenos só funcionaria para o filósofo se o *aumento da temperatura corporal*, a *vermelhidão nos olhos* ou a *vermelhidão no rosto* fosse(m) coextensiva(s) e convertível(is) com as situações em que um animal sentisse raiva; caso contrário, não seria possível produzir uma dedução por indício.

[70b26] Porém, se uma espécie como um todo possuir duas características próprias – por exemplo, que o leão seja corajoso e generoso –, como saberemos qual dos indícios que acompanham uma característica própria é de fato seu indício? Talvez<sup>104</sup>, se cada de uma dessas duas características acompanhar uma espécie não inteiramente e se, nessas espécies nas quais uma das características não se atribui inteiramente, um indivíduo tiver uma [30] mas não a outra. Com efeito, se um homem<sup>105</sup> for corajoso mas não for generoso<sup>106</sup> e se, dessas duas características, ele tiver um determinado indício, é evidente que, no caso do leão, esse será o indício da coragem.<sup>107</sup>

[70b32] Ἔστι δὴ τὸ φυσιογνωμονεῖν τῷ ἐν τῷ πρώτῳ σχήματι τὸ μέσον τῷ μὲν πρώτῳ ἄκρῳ ἀντιστρέφειν, τοῦ δὲ τρίτου ὑπερτείνειν καὶ μὴ ἀντιστρέφειν, οἷον ἀνδρεία τὸ Α, τὰ [35] ἄκρωτήρια μεγάλα ἐφ’ οὗ Β, τὸ δὲ Γ λέων. ᾧ δὴ τὸ Γ, τὸ Β παντί, ἀλλὰ καὶ ἄλλοις. ᾧ δὲ τὸ Β, τὸ Α παντί καὶ οὐ πλείοσιν, ἀλλ’ ἀντιστρέφει· εἰ δὲ μή, οὐκ ἔσται ἐν ἐνὸς σημείον.

[70b32] Enfim, é possível reconhecer características de um ser a partir de sua fisionomia por meio da primeira figura, nos casos em que o termo médio se converte com o primeiro extremo<sup>108</sup>, mas se estende para além do terceiro termo e não se converte com ele – como, por exemplo, A sendo *coragem*, [35] B, *extremidades longas*, e C, *leão*.<sup>109</sup> Ora, se B [*ter*

<sup>104</sup> Subentenda-se: “poderemos saber qual é o indício que acompanha uma determinada afecção”.

<sup>105</sup> Embora o filósofo não use explicitamente o termo “ἄνθρωπος” ou “ἄνθρω” (“homem”), ele usa os adjetivos masculinos “ἀνδρεῖος” e “ἐλευθέριος”, que não concordariam, portanto, com o neutro “ζῷον” ou “animal”. De todo modo, vale notar que o exemplo funcionaria com qualquer outro (indivíduo) animal corajoso (menos um leão, é claro).

<sup>106</sup> Vale destacar que, neste parágrafo, Aristóteles usa duas palavras distintas – “μεταδοτικόν” e “ἐλευθέριος” – para aquilo que, para evitar confusão, traduzi como “generoso”.

<sup>107</sup> Em seu comentário, Magentenos esclarece: “Depois de dizer como se deve comparar uma espécie a outra (por exemplo, ‘um homem que tem olhos pequenos é malvado’; pois uma serpente tem olhos pequenos), ele também se pergunta: ‘se houver alguma espécie que seja generosa e também corajosa como o leão e ela tenha dois indícios para essas duas características, por exemplo, extremidades longas e olhos brilhantes, como poderemos saber qual destes dois últimos é o indício de qual afecção?’ Ao resolver essa difícil questão, ele diz: ‘suponha que existam espécies diferentes, das quais uma tenha uma das duas afecções, e veja qual indício denota uma afecção em relação a essa espécie. Por exemplo, encontra-se um homem generoso e ele tem olhos brilhantes e, novamente, encontra-se um homem corajoso e ele tem as extremidades longas. E associe, também no caso de um leão, os olhos brilhantes como indício de generosidade e as extremidades longas como indício de coragem”. Comparando o texto aristotélico com o comentário de Magentenos, fica claro que este acrescenta alguns elementos para elucidar o que disse o filósofo: se um homem for corajoso, mas não for generoso, e tiver o mesmo indício da coragem do leão – no exemplo, *ter as extremidades longas* –, então, é certo que este seria o indício da coragem; do mesmo modo, *ter os olhos brilhantes* seria um indício certo da generosidade, caso os todos os leões fossem generosos e tivessem os olhos brilhantes, e todos os seres humanos que fossem generosos tivessem olhos brilhantes (mas não necessariamente fossem corajosos).

<sup>108</sup> Ou seja, com o termo maior.

<sup>109</sup> Aplicando os exemplos de termos ao que Aristóteles acabou de dizer, “*ter extremidades longas* [B]” seria convertível com “*ter coragem* [A]”, mas também seria mais extenso do que “*leão* [C]” – ou seja,

*extremidades longas*] se atribui a todo C [*leão*], ele [B] também se atribui a outros seres. Além disso, A [*ter coragem*] se atribui a todo B [*animal que tem extremidades longas*] e não além<sup>110</sup>, senão que se converte com ele.<sup>111</sup> Mas, se não se converter<sup>112</sup>, não haverá um indício único de uma afecção única.

---

outros (indivíduos) animais além do *leão* também teriam *extremidades longas*, e todos eles seriam *corajosos*.

<sup>110</sup> Quer dizer, “A se atribui a todo B, e A não se atribui a nenhum elemento em relação ao qual B também não seja atribuído”.

<sup>111</sup> Ou seja, “A se converte com B” (pelo fato de A e B terem a mesma extensão).

<sup>112</sup> Quer dizer, “se A não for convertível com B”.

## Anexo

### *Retórica II*, 20<sup>113</sup> (1393a23-1394a18)

[Argumentos por paradigma]

[1393a23] Λοιπὸν δὲ περὶ τῶν κοινῶν πίστεων ἅπασιν εἰπεῖν, ἐπεὶ περ εἴρηται περὶ τῶν ἰδίων. εἰσὶ δ' αἱ κοιναὶ πίστεις δύο τῷ γένει, [25] παράδειγμα καὶ ἐνθύμημα· ἡ γὰρ γνώμη μέρος ἐνθυμήματός ἐστιν. πρῶτον μὲν οὖν περὶ παραδείγματος λέγωμεν· ὅμοιον γὰρ ἐπαγωγῇ τὸ παράδειγμα, ἡ δ' ἐπαγωγῇ ἀρχή.

[1393a23] Resta falar, então, dos meios de convencimento<sup>114</sup> comuns a todos, uma vez que já falamos dos próprios. Os meios de convencimento comuns são dois quanto ao gênero: [25] o paradigma e o entimema (pois a máxima é parte do entimema). Falemos, então, primeiro sobre o paradigma: pois o paradigma é similar à indução, e a indução é princípio.

[1393a28] παραδειγμάτων δὲ εἶδη δύο· ἐν μὲν γὰρ ἐστιν παραδείγματος εἶδος τὸ λέγειν πράγματα προγενομένα, ἐν δὲ τὸ αὐτὸν [30] ποιεῖν. τούτου δὲ ἐν μὲν παραβολῇ ἐν δὲ λόγῳ, οἷον οἱ Αἰσώπειοι καὶ Λιβυκοί.

[1393a28] As formas dos paradigmas são duas: uma das formas do paradigma é falar sobre casos que já aconteceram, a outra, [30] criá-los. Desta última, um tipo é a comparação, uma, as fábulas – tais como as de Esopo ou as Líbicas.

[1393a32] ἔστιν δὲ τὸ μὲν πράγματα λέγειν τοιόνδε τι, ὥσπερ εἴ τις λέγοι ὅτι δεῖ πρὸς βασιλέα παρασκευάζεσθαι καὶ μὴ ἔαν Αἴγυπτον χειρώσασθαι· καὶ γὰρ πρότερον Δαρεῖος [b1] οὐ πρότερον διέβη πρὶν Αἴγυπτον ἔλαβεν, λαβὼν δὲ διέβη, καὶ πάλιν Ξέρξης οὐ πρότερον ἐπεχείρησεν πρὶν ἔλαβεν, λαβὼν δὲ διέβη, ὥστε καὶ οὗτος ἐὰν λάβῃ, διαβήσεται, διὸ οὐκ ἐπιτρεπτόν.

[1393a32] Falar de casos passados seria algo tal como se alguém dissesse que é preciso se precaver contra o rei [da Pérsia] e não permitir que ele conquiste o Egito, pois também Dario [b1] não avançou [à Grécia] antes de haver tomado o Egito, mas o fez após tomá-lo, e Xerxes, por sua vez, também não investiu [contra a Grécia] antes de haver tomado [o Egito], mas, tendo

---

<sup>113</sup> Reproduzo aqui uma versão revisada de minha tradução de 2015 (pp. 136-138), feita a partir da edição de Ross (1959).

<sup>114</sup> *Meios de convencimento*: sigo Kennedy, que também pretere a tradução mais comum de πίστις como “prova”. Outra opção neste caso seria traduzir πίστις como “argumento”.

feito isso, avançou. Assim, se este [atual rei da Pérsia] tomar o Egito, avançará [à Grécia]; por isso, não podemos permitir.

[1393b4] παραβολή δὲ τὰ Σωκρατικά, οἷον εἴ τις λέγοι ὅτι οὐ [5] δεῖ κληρωτοὺς ἄρχειν· ὅμοιον γὰρ ὥσπερ ἂν εἴ τις τοὺς ἀθλητὰς κληροίη μὴ οἱ δύνανται ἀγωνίζεσθαι ἀλλ' οἱ ἂν λάχωσιν, ἢ τῶν πλωτήρων ὄντινα δεῖ κυβερνᾶν κληρώσειεν, ὡς δέον τὸν λαχόντα ἀλλὰ μὴ τὸν ἐπιστάμενον.

[1393b4] A comparação é tal como os [ditos<sup>115</sup>, métodos ou prática<sup>116</sup>] Socráticos, como se alguém dissesse que os magistrados não [5] devem ser escolhidos por sorteio, pois isso seria como se alguém escolhesse os atletas, não por serem os mais capazes para competir, mas por sorteio, ou que, entre os marinheiros, algum fosse escolhido ao azar para capitanear, como se a sorte devesse designá-lo ao invés de escolher aquele que sabe o que faz.

[1393b8] λόγος δέ, οἷος ὁ Στησιχόρου περὶ Φαλάριδος καὶ <ὁ> Αἰσώπου ὑπὲρ τοῦ δημαγωγοῦ. [10] Στησίχορος μὲν γὰρ ἐλομένων στρατηγὸν αὐτοκράτορα τῶν Ἱμεραίων Φάλαριν καὶ μελλόντων φυλακὴν διδόναι τοῦ σώματος, τᾶλλα διαλεχθεὶς εἶπεν αὐτοῖς λόγον ὡς ἵππος κατεῖχε λειμῶνα μόνος, ἐλθόντος δ' ἐλάφου καὶ διαφθείροντος τὴν νομὴν βουλόμενος τιμωρήσασθαι τὸν ἐλάφον ἢρώτα τινὰ [15] ἄνθρωπον εἰ δύναται' ἂν μετ' αὐτοῦ τιμωρήσασθαι τὸν ἐλάφον, ὁ δ' ἔφησεν, ἐὰν λάβῃ χαλινὸν καὶ αὐτὸς ἀναβῆ ἔπ' αὐτὸν ἔχων ἀκόντια· συνομολογήσας δὲ καὶ ἀναβάντος ἀντὶ τοῦ τιμωρήσασθαι αὐτὸς ἐδούλευσε τῷ ἀνθρώπῳ. “οὕτω δὲ καὶ ὑμεῖς”, ἔφη, “ὄρατε μὴ βουλόμενοι τοὺς πολεμίους τιμωρήσασθαι [20] τὸ αὐτὸ πάθητε τῷ ἵππῳ· τὸν μὲν γὰρ χαλινὸν ἔχετε ἤδη, ἐλόμενοι στρατηγὸν αὐτοκράτορα· ἐὰν δὲ φυλακὴν δῶτε καὶ ἀναβῆναι ἐάσητε, δουλεύσετε ἤδη Φαλάριδι”.

[1393b8] A fábula é tal como Estesícoro comenta sobre Fálaris e Esopo a respeito do demagogo. [10] Quando os cidadãos de Hímera tomaram Fálaris como general com poder absoluto e estavam a ponto de lhe conceder uma guarda pessoal, Estesícoro, tendo discorrido sobre outras coisas, contou-lhes a fábula do cavalo que possuía um prado só para si. Eis que um cervo chega e lhe arruína o prado. O cavalo, querendo vingar-se do cervo, pergunta a um [15] homem se podia ajudá-lo a castigar o cervo, e ele consentiu, se pudesse colocar freio no cavalo e montá-lo portando dardos. Tendo aceitado tais condições e sido montado, em vez de vingar-se, tornou-se escravo do homem. “Assim também ocorre com vocês”, disse Estesícoro,

<sup>115</sup> Cf. Freese, Júnior *et al.* e Kennedy.

<sup>116</sup> Cf. Cope & Sandys.

“observem bem e não sofram [20] o mesmo que o cavalo, querendo se vingar de seus inimigos, pois vocês já têm o freio – por tomá-lo como general com poder absoluto –, se, então, uma guarda pessoal lhe concederem, tornar-se-ão escravos de Fálaris”.

[1393b22] Αἴσωπος δὲ ἐν Σάμῳ δημηγορῶν κρινομένου δημαγωγοῦ περὶ θανάτου ἔφη ἀλώπεκα διαβαίνουσαν ποταμὸν ἀπωσθῆναι εἰς φάραγγα, οὐ [25] δυναμένην δὲ ἐκβῆναι πολὺν χρόνον κακοπαθεῖν καὶ κυνοραιστὰς πολλοὺς ἔχεσθαι αὐτῆς, ἐχῖνον δὲ πλανώμενον, ὡς εἶδεν αὐτήν, κατοικτεῖραντα ἐρωτᾶν εἰ ἀφέλοι αὐτῆς τοὺς κυνοραιστάς, τὴν δὲ οὐκ ἔαν· ἐρομένου δὲ διὰ τί, “ὅτι οὗτοι μὲν” φάναι “ἤδη μου πλήρεις εἰσὶ καὶ ὀλίγον ἔλκουσιν αἷμα, ἐὰν δὲ τούτους [30] ἀφέλητε, ἕτεροι ἐλθόντες πεινῶντες ἐκπιοῦνταί μου τὸ λοιπὸν αἷμα”. “ἀτὰρ καὶ ὑμᾶς, ἄνδρες Σάμιοι, οὗτος μὲν οὐδὲν ἔτι βλάβει (πλούσιος γάρ ἐστιν), ἐὰν δὲ τοῦτον ἀποκτείνητε, ἕτεροι [1394a1] ἤξουσιν πένητες, οἱ ὑμᾶς ἀναλώσουσι τὰ λοιπὰ κλέπτοντες”.

[1393b22] Esopo, em Samos, defendendo a um demagogo cuja vida estava sendo julgada, contou sobre uma raposa que, ao atravessar um rio, foi lançada para um desfiladeiro e, não [25] podendo irromper de lá, muito tempo amargou e foi tomada por vários carrapatos. Um ouriço que por lá passava, ao vê-la em tal condição, teve pena e perguntou se queria que lhe retirasse os carrapatos. Respondeu que não e, questionada por que, disse que “estes que aqui estão, já estão cheios de mim e pouco sangue me extraem; mas se você [30] tirar estes, outros e famintos virão e me sugarão totalmente o sangue que resta”. “E especialmente em relação a vocês, homens de Samos, este homem nada mais estorvará – pois é rico. Mas, se vocês o matarem, outros e pobres [1394a1] virão, os quais os roubarão e consumirão todos os seus pertences comuns”.

[1394a2] εἰσὶ δ’ οἱ λόγοι δημηγορικοί, καὶ ἔχουσιν ἀγαθὸν τοῦτο, ὅτι πράγματα μὲν εὐρεῖν ὅμοια γεγενημένα χαλεπὸν, λόγους δὲ ῥῶον· ποιῆσαι γὰρ δεῖ ὥσπερ καὶ παραβολάς, ἂν τις [5] δύνηται τὸ ὅμοιον ὁρᾶν, ὅπερ ῥᾶόν ἐστιν ἐκ φιλοσοφίας.

[1394a2] As fábulas são propícias aos discursos públicos e possuem esta vantagem: se é difícil encontrar casos que aconteceram semelhantes entre si, é fácil encontrar fábulas. Deve-se produzi-las como as comparações, quando alguém [5] puder ver a semelhança, o que é fácil fazer a partir da filosofia.

[1394a5] ῥᾶω μὲν οὖν πορίσασθαι τὰ διὰ τῶν λόγων, χρησιμώτερα δὲ πρὸς τὸ βουλευσασθαι τὰ διὰ τῶν πραγμάτων· ὅμοια γὰρ ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ τὰ μέλλοντα τοῖς γεγονόσιν.

[1394a5] Se é fácil prover-se de fábulas, mais vantajoso será deliberar com base em casos que aconteceram: pois no mais das vezes os eventos futuros são semelhantes aos do passado.

[1394a9] δεῖ δὲ χρῆσθαι τοῖς παραδείγμασι οὐκ ἔχοντα μὲν ἐνθυμήματα [10] ὡς ἀποδείξεσιν (ἢ γὰρ πίστις διὰ τούτων), ἔχοντα δὲ ὡς μαρτυρίαις, ἐπιλόγῳ χρώμενον τοῖς ἐνθυμήμασιν· προτιθέμενα μὲν γὰρ ἔοικεν ἐπαγωγῇ, τοῖς δὲ ῥητορικοῖς οὐκ οἰκεῖον ἐπαγωγὴ πλὴν ἐν ὀλίγοις, ἐπιλεγόμενα δὲ μαρτυρίαις, ὁ δὲ μάρτυς πανταχοῦ πιθανός· διὸ καὶ προτιθέντι μὲν ἀνάγκη [15] πολλὰ λέγειν, ἐπιλέγοντι δὲ καὶ ἐν ἰκανόν· μάρτυς γὰρ χρηστός καὶ εἷς χρήσιμος.

[1394a9] Deve-se servir-se de paradigmas – não possuindo entimemas – [10] como modos de demonstrações (pois o convencimento se dá por meio destas), mas, tendo-os, deve-se usá-los como testemunhos, isto é, como um complemento dos entimemas. Pois, embora quando colocados em primeiro lugar são tais como uma indução, a indução não é própria dos argumentos retóricos, salvo em poucos casos; mas quando colocados como complementos são como testemunhos, e o testemunho é sempre sedutor. Por isso, colocando-os em primeiro lugar, necessariamente [15] dirá muitos, mas, colocando-os como complementos, um é suficiente, pois até mesmo um único testemunho confiável será vantajoso.

[1394a17] πόσα μὲν οὖν εἶδη παραδειγμάτων, καὶ πῶς αὐτοῖς καὶ πότε χρηστέον, εἴρηται.

[1394a17] Com isto, então, dissemos quantas são as formas dos paradigmas, e como e quando devemos usá-los

Tomás Troster  
*Universidade de Brasilia*

### *Bibliografia*

BAILLY, ANATOLE (2020) *Dictionnaire Grec-Français – Nouvelle édition revue et corrigée, dite « Bailly 2020 – Hugo Chávez »*. Version du 28 février 2023 établie sous la direction de Gérard Gréco, avec le concours spécial de André Charbonnet, Mark de Wilde et Bernard Maréchal. Disponível em: <https://bit.ly/4dfk2is> (acesso em 21/09/2024). Versão interativa: <https://bailly.app/> (acesso em 21/09/2024).

BARTHÉLEMY-SAINT-HILAIRE, JULES (1839) *Aristote: Premiers Analytiques*. Traduction et notes. Paris: Ladrance.

- BEKKER, IMMANUEL (1831) *Aristoteles Opera*. Berlin: Königlichem Preussischen Akademie der Wissenschaften. v. 1.
- BONTEMPI, MILENA (2016) *Aristotele: Analitici Primi*. Saggio introduttivo, traduzione, note e apparato. In: MIGLIORI, MAURIZIO (coord.) *Aristotele: Organon*. Milano: Bompiani.
- CANDEL SANMARTÍN, MIGUEL (1988) *Aristóteles: Tratados de Lógica (Órganon) II: Sobre la Interpretación; Analíticos Primeros; Analíticos Segundos*. Introducciones, traducciones y notas. Madrid: Gredos.
- CHICHURRA, VINÍCIUS (2022) *Aristóteles: Retórica*. Tradução e notas. Petrópolis, RJ: Vozes.
- COPE, EDWARD MEREDITH; SANDYS, JOHN EDWIN (2010) *The Rhetoric of Aristotle, with a commentary*. Cambridge: Cambridge University Press. 3v.
- CRUBELLIER, MICHEL (2014) *Aristote: Premiers Analytiques*. Traduction et présentation. Paris: Flammarion.
- DDGP (2022) *Dicionário Digital Grego-Português*. Criado a partir da versão impressa: DAISI MALHADAS, MARIA CELESTE C. DEZOTTI & MARIA HELENA M. NEVES (coord.) (2022) *Dicionário Grego-Português*. São Paulo: Ateliê Editorial; Mnema. Disponível em: <http://hipatia.fclar.unesp.br> (acesso em 18/09/2024).
- ENGBERG-PEDERSEN, TROELS (1979) "More on Aristotelian Epagoge." In: *Phronesis* 24 (1979), pp. 301-319.
- FRESE, JOHN HENRY (2006) *Aristotle: The Art of Rhetoric*. Translated and introduced by. Massachusetts: Harvard University Press. (Loeb Classical Library – Aristotle v. XXII)
- GAZONI, FERNANDO M. (2006) *A Poética de Aristóteles: tradução e comentários*. Dissertação de mestrado em Filosofia. São Paulo: FFLCH-USP. Disponível em: <https://bit.ly/4bytbnk> (acesso em 18/09/2024).
- HINTIKKA, JAAKKO (1980) "Aristotelian Induction." In: *Revue Internationale de Philosophie*, 34<sup>ème</sup> année, pp. 422-439.
- JÚNIOR, MANOEL ALEXANDRE; ALBERTO, PAULO FARMHOUSE; PENA, ABEL DO NASCIMENTO (1998) *Aristóteles: Retórica*. Tradução do grego e notas. Introdução de Manuel Alexandre Júnior. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- KENNEDY, GEORGE A. (2007) *Aristotle: On Rhetoric – a theory of civic discourse*. Translated, with introduction, notes and appendices. 2ed. New York; Oxford: Oxford University Press.
- LOPES, DANIEL R. N. (2017) *Platão: Protágoras*. Organização e tradução. São Paulo: Perspectiva; Fapesp.
- LUKASIEWICZ, JAN (1957) *Aristotle's Syllogistic – from the standpoint of modern formal logic*. Oxford: Clarendon Press.
- MAGENTENOS, LEON (2021) *Commentary on Aristotle, Prior Analytics (book II)*. Critical edition with introduction and translation – edited by Nikos Agiotis. Berlin; Boston: De Gruyter.
- MIGNUCCI, MARIO (1969) *Aristotele: Gli Analitici Primi*. Traduzione, introduzione e commento. Napoli: Luigi Loffredo.
- MOTA, BERNARDO M. (2022) *Aristóteles: Segundos Analíticos*. Tradução, introdução e glossários de Bernardo Machado Mota. Notas de António Pedro Mesquita e Bernardo Machado Mota. Apêndices e revisão científica de António Pedro Mesquita. Lisboa: Imprensa Nacional.
- OWEN, OCTAVIUS FREIRE (1899) *The Organon or Logical Treatises of Aristotle – vol. 1*. Literally translated, with notes and introduction. London: George Bell and Sons.
- PELLEGRIN, PIERRE (2005) *Aristote: Seconds Analytiques*. Traduction, présentation, notes, bibliographie et index. Paris: Flammarion.
- PORCHAT PEREIRA, OSWALDO (2001) *Ciência e Dialética em Aristóteles*. São Paulo: Edunesp.

- ROSS, WILLIAM DAVID (1923). *Aristotle*. London and New York: Routledge.
- ROSS, WILLIAM DAVID (1949) *Aristotle's Prior and Posterior Analytics*. A revised text with introduction and commentary. Oxford: Clarendon Press.
- ROSS, WILLIAM DAVID (1959) *Aristotelis Ars Rhetorica*. Edited by. Oxford: Clarendon Press.
- SANTOS, RICARDO (2016) *Aristóteles: Categorias; Da interpretação*. Introdução, tradução e notas. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- SMITH, ROBIN (1989) *Aristotle: Prior Analytics*. Translated, with introduction, notes and commentary. Indianapolis; Cambridge: Hackett.
- TAYLOR, THOMAS (1807) *The works of Aristotle – vol. 1: The Organon*. Translated from the Greek, with copious elucidations, from the commentaries of Ammonius and Simplicius. London: Robert Wilks.
- TREDENNICK, HUGH (1938) *Aristotle: Prior Analytics*. Introduction, edition and translation. Massachusetts: Harvard University Press. (Loeb Classical Library – Aristotle v. I)
- TRICOT, JULES (1966) *Aristote: Organon III – Les premiers analytiques*. Traduction et notes. Paris: Vrin.
- TROSTER, TOMÁS R. (2015) *Indução e ciência em Aristóteles*. Tese de doutorado em Filosofia. São Paulo: FFLCH-USP. Disponível em: <https://bit.ly/TrosterICA> (acesso em 18/09/2024).
- TROSTER, TOMÁS R. (2022) “Aristóteles, *Primeiros Analíticos* II, 23: não há indução completa”. In: *Journal of Ancient Philosophy*, vol. 16, 2, 2022, pp. 102-125. Disponível em: <https://bit.ly/3t2nc0J> (acesso em 18/09/2024).
- TROSTER, TOMÁS R. (2024) “Aristóteles, *Primeiros Analíticos* II, 1-4: tradução e notas”. In: *Journal of Ancient Philosophy*, vol. 18, 1, 2024, pp. 149-192. Disponível em: <https://bit.ly/4eqWCHU> (acesso em 18/09/2024).
- WAITZ, THEODOR (1844) *Aristotelis Organon Graece*. Leipzig: Hahn.
- ZINGANO, MARCO (2008) *Aristóteles: Ethica Nicomachea I 13 – III 8: tratado da virtude moral*. Tradução, notas e comentários. São Paulo: Odysseus.
- ZINGANO, MARCO (2020) *Aristóteles: Ethica Nicomachea III 9 – IV 15: as virtudes morais*. Estudo, tradução e comentário. São Paulo: Odysseus.